



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06-11-17

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública do ano de 2017. Quinta audiência temática referente ao Orçamento de 2018.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios on-line. Publicação no *Diário Oficial da Cidade* nos dias 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31/10 de 2017, 01/11 e 04/11/2017. Publicação em jornais de grande circulação, *Estado de S. Paulo* de 25 e 31/10, *Folha de S. Paulo* 26/10, 30/10/2017.

Quero informar que o Projeto de Lei do Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência pública tem como objeto debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do município de São Paulo para o exercício de 2018. Orçamento Municipal de 2018.

Já se faz presente o nobre Vereador Ricardo Nunes, relator geral do orçamento.

PL 687/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, PPA.

O Vereador Claudio Fonseca presente, que é o Presidente da Comissão de Educação e Esportes desta Casa.

Considero já todas as inscrições que estão abertas. Eu vou passar, antes de compor a Mesa com os representantes da Secretaria. Hoje a audiência pública é educação e esportes, que é a Secretaria Municipal de Educação, nesse momento, Secretaria de Esportes e Lazer, Fundo de Esportes, Lazer e Recreação.

Hoje, nesse salão, a partir das 15h, audiência temática Serviços e Obras, Desenvolvimento Urbano e Prefeituras Regionais, SPObras, SPUrbanismo, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Fundo de Desenvolvimento Urbano, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor. Dia 09/11, Salão Nobre, nesse salão, das 10h às 14h, a 11ª

audiência pública, sétima audiência temática, Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, Prodam, Secretaria de Inovação e Tecnologia. SMADS? Houve uma alteração aqui, nobre Relator. Na tarde hoje, houve alteração em relação à Secretaria Municipal de Assistência Social? Hoje, dia 06/11. Dia 09, quinta, SMADS, Fundo de Assistência Social, Funcad, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretara de Direitos e Cidadania, Fundo Municipal do Idoso. Então dia 09, quinta-feira, nesse salão, das 10h à 14h.

Sábado, dia 11, das 10h às 13h, 12ª audiência pública, quarta audiência regional, região Norte, Freguesia do Ó, Prefeitura Regional de Freguesia do Ó-Brasilândia, Rua João Marcelino Branco, 95, Cachoeirinha. Dia 14/11, terça-feira, nesse salão nobre, 13ª audiência pública, 8ª audiência temática, Secretaria da Fazenda, Sehab, Cohab, Fundo Municipal de Habitação, Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundo Municipal de Parques. Dia 16/11, houve uma alteração, mas nós vamos estar publicando hoje, então, dia 16/11, quinta-feira, nesse Salão Nobre, das 10h às 13h nós faremos a 14ª audiência pública, 9ª audiência temática, Secretaria Municipal de Cultura, é uma segunda audiência que estamos marcando. Das 13h às 17h nesse Salão Nobre, a 15ª audiência pública, 10ª audiência temática, Fundo Municipal de Iluminação Pública, que estamos instruindo que seja dia 06/11, autoridade municipal de Limpeza Urbana, Emlurb, que seria dia 06/11 também estamos transferindo para o dia 16/11. Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais seria dia 06/11, estamos transferindo para dia 16/11. Dia 17/11, sexta-feira, Salão Nobre, das 10h às 14h, 16ª audiência pública, a 2ª audiência pública geral.

Nós temos aqui a Marcia Tamiko, Chefe do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, o Secretário não vem, então manda representante; Meire Tayama, analista de planejamento e desenvolvimento organizacional; Jorge Damião de Almeida, nosso querido Secretario Municipal de Esportes, a quem chamo para compor a Mesa; Daniel Funcia de

Bones, Secretário Adjunto da Educação; nossa sempre presente Giulia Puttomatti, Secretária Adjunta da Secretaria da Fazenda.

Com a Mesa composta, reitero que as inscrições estão abertas. Quero informar que nós temos a criação do *site* do Orçamento, especificamente para o Orçamento, que é o www.camara.sp.gov.br/orcamento2018. Vocês podem estar enviando sugestões on-line.

Repito aqui que foi convidado o Secretário Alexandre Schneider, que mandou representante. O Secretário Jorge Damião está aqui.

Nós vamos tratar, eu tenho combinado com o Relator de juntar os temas, considerando que nós não especificamos esportes tal hora, educação tal hora. Então estamos trabalhando com inscrições abertas para, no caso aqui, todos os temas. Então, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Fundo de Esportes Lazer e Recreação. Por ser assim, para não prejudicá-los?

O Secretário de Esportes trouxe uma exposição. Educação também. Vamos começar assistindo a apresentação dos Esportes e, em seguida, Educação, e vocês vão se inscrevendo aí. Nós temos aqui, pelo calendário e pela publicação, até às 14h. O Secretário me faz uma solicitação que precisaria sair até o meio dia. Não tem problema nenhum, o fato de ter vindo já nos honra.

Vereador Toninho Vespoli presente, ele que é membro da Comissão de Educação.

Vereador Ricardo Nunes eu gostaria deixar nessa dinâmica de misturar tudo, mas pediria que quem for tratar da temática do esporte a gente dava uma preferência não de tempo, mas preferência de colocação nas perguntas e questionamentos. E a gente pretende encerrar às 14h porque às 15h já temos a temática de Serviços e Obras e Desenvolvimento Urbano.

Vamos à apresentação da Secretaria de Esportes.

O SR. JORGE DAMIÃO – Bom dia a todos; bom dia, Vereadores; bom dia, Mesa; bom dia nossa assessoria e às assessorias que estão aqui. Nós vamos falar hoje rapidamente, acho que antes de entrar na questão do orçamento eu gostaria de trazer para os senhores e

para as senhoras a questão dos esportes, o como estamos trabalhando hoje a questão do esporte na cidade de São Paulo, tentando mostrar a importância dos esportes como ferramenta de inclusão social e para que ela possa, através das suas atividades, ajudar o conjunto de outras Secretarias inclusive.

Então eu trouxe uma apresentação aqui porque estamos muito focados na questão da atividade física para que o esporte possa ser não somente uma ferramenta, mas que ela possa ser a inclusão desse conjunto.

- O orador passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JORGE DAMIÃO - Então o primeiro *slide* que eu trago aqui é uma notícia muito alarmante publicada no jornal *O Globo*, “Falta de atividade física mata 300 mil pessoas por ano”. Talvez a grande maioria aqui fique surpresa com essa afirmação, poucas pessoas têm acesso a essa informação da importância da atividade física.

Eu trouxe aqui mais alguns dados para a gente possa discutir depois em relação ao nosso orçamento. No Brasil, 19% dos brasileiros estão obesos, aproximadamente quase 20%. Isso é uma informação muito alarmante; 50% está acima do peso. Então 19% já está caracterizado pela obesidade e 50% está acima do peso. O avanço de doenças crônicas também é uma ação muito importante, um dado que eu queria trazer para vocês aqui, o aumento de 61,8% relacionado ao diabetes e 14% da hipertensão. Depois eu vou falar sobre esses dados. Nove por cento das mortes prematuras no mundo são atribuídas à inatividade física e atualmente elas são 5.3 milhões. Destaca-se que mata mais que tuberculose, o câncer de pulmão, HIV, AIDS ou acidentes de trânsito.

A Organização Mundial da Saúde recomenda 150 minutos por semana de atividade física com intensidade moderada. Isso quer dizer que três vezes por semana, praticamente em média 30 minutos. Hoje nós não praticamos isso na cidade, no estado, praticamente no Brasil e principalmente nas escolas.

Para quem não sabe, São Paulo é a última colocada em atividade física entre as

capitais. Então perdemos de todas as capitais por uma questão que estamos tentando buscar essa resposta, para poder justamente fazer aí um projeto de como resolver isso, por que o que está acontecendo? Nós estamos à beira de um problema...

A inatividade física é o quarto maior fator de risco de mortalidade. Se gasta aproximadamente 12 bilhões de reais, a saúde gasta 12 bilhões de reais com esse problema. Eu vou pegar somente o último dado aqui. Segundo um estudo da ONU, a cada dólar investido no esporte, um governo poderia economizar de 3.2 dólares. Então a importância dos esportes começa a se destacar em relação a isso. É você ter o esporte como política de saúde preventiva, é você investir na saúde através do esporte para que você possa recorrer a grandes questões.

As nossas metas, que nós apresentamos agora em 2017, estamos encerrando o ano e já conseguimos cumprir uma grande parte das nossas metas. Pela primeira o Prefeito coloca no seu plano de metas o aumento da atividade física. Então lá no projeto que o Prefeito apresentou no seu Plano de Metas, está lá: “20% do aumento de atividade física”. Isso é um grande desafio em quatro anos. Nós estamos trabalhando muito forte com a educação, com a saúde, com a área da promoção social e também com a área da segurança pública, porque nós temos que ter todo um conjunto num projeto para poder atingir essa meta. Paralelo a isso, nós estamos trabalhando a diminuição em 10% da taxa da inatividade física. Então, você, de um lado, trabalha o aumento de 20% e do outro você tenta reduzir, desses que já estão na inatividade física, 10%.

Queremos trabalhar também o número de crianças e adolescentes até 14 anos para que elas pratiquem no mínimo, três horas-semana de atividade física, que é o recomendado. E hoje quem tem filho na escola sabe que infelizmente a gente não consegue atingir essa meta.

Dentro dos nossos equipamentos, hoje o que representa a Secretaria de Esportes? Nós trabalhamos hoje com 315 equipamentos. Nós temos um grande centro olímpico, onde

temos hoje 1.200 alunos inscritos em três períodos, onde trabalhamos essas crianças no esporte de alto rendimento. Temos 46 clubes municipais espalhados por toda a cidade, onde atinge uma população em torno de, na região de um quilômetro de cada um, somando-se todos, nós atingimos em média dois milhões de pessoas. Temos 268 clubes da comunidade, que são geridos pela própria comunidade e a Secretaria de Esportes trabalha principalmente na área da legislação e documentação.

Queria trazer para os senhores agora uma questão muito rápida em relação ao que herdamos quanto à questão dos recursos humanos. Em 2011, a Secretaria tinha 1.420 servidores; em 2017, pegamos a Secretaria com 866 servidores. Somando-se a possibilidade de aposentadoria até o final do ano em torno de cem, cento e poucas pessoas, podemos chegar ao final desse ano com 630 pessoas. Estamos beirando esse número, porque muitos pedidos foram feitos e se nada for feito, em 2020, teremos somente 492 servidores.

Estamos trabalhando para reverter esse número e vamos revertê-lo. É muito importante, principalmente, a valorização do profissional de educação física, o professor, trabalhando para que novos concursos sejam feitos para trazer novos professores para a rede da área de esportes, para que possam suprir principalmente as aulas na periferia.

Outro dado importante é o número da defasagem hoje. Temos hoje uma defasagem de aproximadamente 450 servidores. Quando fizemos esse dado, dava em torno de 440. Com esse número da possível aposentadoria, podemos ultrapassar.

Indo um pouco mais rápido para acelerar um pouquinho, quanto à questão orçamentária, vocês podem notar que a questão orçamentária desde 2011 segue praticamente uma norma, onde o aprovado, o atualizado e o empenhado segue uma média muito razoável. Somente em 2015, 2016, que o orçamento trabalhou um número muito alto, mas o executado foi exatamente o que se esperava. E, aqui em 2017, em circunstâncias dos grandes problemas que tínhamos na questão de operação, na questão de remanejamento, do que tínhamos que cumprir de questões legais, estamos encerrando dentro dos nossos padrões. No orçamento de 2017

foram aprovados 227 milhões e executados mais ou menos 156 milhões.

Tem outro *slide* que não iremos passar. Sobre a questão de 2018, Presidente, a folha mais custeio está se trabalhando em torno de 195 milhões de reais; mais as emendas federais, cinco milhões e 595; e obras, 209 mil reais. Então, temos um orçamento dentro daquilo que é possível, refazendo todo esse planejamento de ação local, distribuindo as ações dentro das suas necessidades, porque o que acontecia é que se gastava muito onde não precisava e onde era necessário não havia investimento, principalmente nas regiões mais periféricas da cidade de São Paulo.

Fizemos alguns levantamentos pela primeira vez e descobrimos que o clube mais caro de São Paulo não é o Pacaembu. As pessoas falam muito do estádio do Pacaembu e descobrimos através de levantamentos que o clube mais caro da cidade de São Paulo é o Ceret. Então, estamos revendo todos esses valores e clubes mais periféricos que precisam mais de investimento acabam não tendo isso. Então, estamos fazendo com que esse projeto para 2018 possamos trabalhar a questão mais voltada ao social através do esporte.

Era isso o que tinha a apresentar, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Secretário Jorge Damião, peço que acendam as luzes. O Presidente Jair Tatto foi atender ao telefone.

Secretário, não sei se o senhor acompanhou outras audiências do orçamento anteriores, mas é comum do Relator, nas dúvidas que tem e para poder fazer o seu remanejamento, o orçamento vem do Executivo, mas a palavra final é do Legislativo com relação à questão orçamentária e normalmente a Casa tem feito historicamente muitas alterações na Peça Orçamentária.

Essa Peça Orçamentária em especial me estranhou bastante porque ela vem com pouco detalhamento. Tenho certeza de que a Giulia e o Ahmed vai nos ajudar para podermos detalhar mais. Mas, é comum fazermos alguns questionamentos com relação a algumas

dúvidas que podem permanecer, aumentar ou diminuir. Aqui na Peça Orçamentária da Secretaria de Esportes, no item 2171, tem uma alteração bastante considerável, que fala de manutenção e operação do sistema de informação e comunicação. Orçados para 2017 foram 4 milhões e 386 mil reais e liquidados, até setembro, 2 milhões e 775 e estão previstos para 2018 6 milhões e 500. Se o senhor pudesse explicar a necessidade desse recurso, uma vez até que é da Fonte 00. O sistema de informatização normalmente é para a Prodam.

O SR. JORGE DAMIÃO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Parece que a Secretaria de Esportes utiliza a Prodam, finanças usa muito pouco, então, varia. Se o senhor pudesse falar um pouquinho sobre a real necessidade desses seis milhões e meio para a área de manutenção e operação de sistema de informação e comunicação seria interessante.

O SR. JORGE DAMIÃO – Se o Vereador me permite, nós trouxemos uma assessoria aqui, inclusive o Fernando esta aqui e gostaria que ele falasse um pouco sobre isso.

O SR. FERNANDO MILAN – Bom dia a todos. O meu nome é Fernando Milan, eu fui chefe de gabinete da Secretaria de Esportes até pouco tempo, mas essa parte toda do planejamento da LOA e do PPA eu participei junto com o Secretário e equipe e queria fazer uma breve apresentação.

Queria antes falar um pouco sobre o orçamento de 2017 em relação à previsão que tínhamos inicialmente do saldo inicial, que tinha sido aprovado pela Câmara ainda na gestão anterior por conta do PPA. Executamos um orçamento que foi planejado na gestão anterior e do saldo inicial de 227 milhões previstos, estamos fechando o ano com reserva mais empenho, contando os executados também, cerca de 156 milhões. O porquê disso? Tivemos um ano bastante atípico em relação a nossa previsão orçamentária.

Então, tivemos que fazer um esforço muito grande para nos adaptarmos à circunstância. Então, qual é? Até por uma questão de responsabilidade fiscal, temos de bancar

os contratos que já estavam firmados e tivemos um cuidado muito grande com a dotação de custeio, a 4502, que banca os nossos contratos de vigilância, limpeza, áreas verdes, que basicamente mantêm a estrutura da nossa área em pé.

Nós temos hoje 46 próprios municipais, 46 clubes, além dos CDCs e um centro olímpico. Isso gerava para nós uma previsão de custeio de mais de 80 milhões. Então, a gente estava fechando com uma certa folga. O ótimo para nós seria cerca de 90 milhões. Com os decretos que saíram tivemos de cortar 15% de todos os contratos correntes por conta do decreto de janeiro. Teve uma questão de corte de cargos também e, além disso, teve um congelamento, um cancelamento de empenho no fim do ano passado, que já gerou alguma redução em alguns contratos. Então, foi bastante difícil conseguirmos fechar essa conta.

Então, para manter o foco, que era a estrutura em pé para que pudéssemos políticas nas pontas, sempre começamos partindo da dotação de custeio, tirando folha, que já tinha sido contemplada, para poder fechar o nosso orçamento. Frente aos 227 milhões, num *slide* que o Secretário havia apresentado, que era aquele do aprovado mais o necessário... Tem como voltar aquele *slide* fazendo um favor, amigo da mesa? Pode voltar a apresentação, por favor? Pode ir para o penúltimo *slide*, por favor.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. FERNANDO MILAN – Basicamente o nosso ano teve esse aspecto: frente ao aprovado em anos anteriores, que oscila bastante, se formos ver o que é necessário, que é a barrinha em vermelho, seria para fechar o ano com certa folga e o que é efetivamente executado, que é a barrinha laranja, não tem uma oscilação tão grande quanto o aprovado tem.

No entanto, se formos ver 2017, tem um impacto bastante grande. Então, o nosso ano foi em cima de adaptação a essa circunstância. Então, o nosso orçamento esse ano, tivemos uma audiência pública muito recentemente com os temáticos de artes marciais questionando o que tinha acontecido, o porquê da descontinuidade e assim por diante. Hoje vou frisar mais uma vez, não houve descontinuidade, tentamos fazer uma adequação do

montante total, tirando turmas ociosas e assim por diante, exatamente para não ter de descontinuar nada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fernando, você me desculpe, houve descontinuidade sim.

O SR. FERNANDO MILAN – Então, vou chegar nesses dois. Tiveram dois que tivemos de descontinuar, mas foram exatamente por questão de documentação. No dia também expusemos essa questão. Os demais, pedimos de fato uma redução para que não houvesse descontinuidade. Então, dois desses, por conta de perda de prazo, inscrição nos centros e essas coisas todas foram descontinuados sim. Mas, não por uma questão exatamente de orçamento.

Mas, o que eu queria dizer é que tivemos um esforço muito grande de adaptar a nossa realidade à demanda que existia a nossa situação orçamentária, tá *okay*? Então, basicamente eu só queria falar que dos 227 milhões, que era o saldo inicial, cerca de 190, que era o que a gente tinha para terminar com folga o ano, estamos terminando com menos de 160 milhões. Então, foi um ano bastante apertado, perdão, e tivemos de fazer um grande exercício de adaptação.

O que me leva para o orçamento de 2018? Eu não sei se eu apresento aquele que ele deu. Pode mudar o *slide*, por favor?

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Presidente, antes de ele passar o *slide*, eu queria fazer uma pergunta ao Secretário e ao expositor: você fala da redução de custos, que houve um esforço, um empenho para a redução de custos. Quanto de despesas, antes realizada pela Secretaria de Esportes foi transferido para o orçamento da Secretaria de Educação, posto que cerca de dez equipamentos da Secretaria de Esportes foram transferidos para a educação? Cada vez mais vão se apropriando de receitas da educação para outras funções, por exemplo,

a Secretaria de Esportes transferiu cerca de dez equipamentos. Você tem estimativa de qual é esse valor, as despesas que antes eram realizadas pela Secretaria de Esportes, no orçamento da Secretaria de Esportes, que com a transferência de equipamentos foi transferida para a educação, manutenção e desenvolvimento do ensino?

O SR. FERNANDO MILAN – Dos equipamentos que foram passados, a gente tem a base do custeio, dos contratos continuados, limpeza, vigilância e assim por diante. o impacto que teve por conta dessa transferência foi na ordem entre 15 e 20 milhões, porque a gente excetuou basicamente os nossos contratos continuados. Essa não é uma estimativa de quanto vale o clube ou a área, não tem nada a ver com isso, o impacto que tínhamos nos nossos contratos continuados.

Em relação à questão de alguns convênios, como a questão do clube escola, que é do orçamento da educação, que nós executamos pela Secretaria de Esportes, enfim, essa é uma outra circunstância, mas dos equipamentos que foram passados para virarem CEUs, é isso que o senhor está mencionando...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Exato.

O SR. FERNANDO MILAN – O impacto que teve nosso orçamento é basicamente o decréscimo que teve de postos de trabalho nos contratos continuados, que foi na ordem entre 15 e 20 milhões, se fôssemos pensar o reajuste para esse ano, tá *okay*?

O SR. DANIEL DE BONI – Presidente, se puder só acrescentar ao esclarecimento em relação àquilo que o Vereador Claudio Fonseca falou do recurso da educação? O fato de ter tido essa economia em relação ao esporte, em relação aos serviços, a educação não assumiu essa despesa. O que aconteceu é que eram obras que estavam previstas para essas áreas, que foram fechadas, se não me engano. Se não me engano, é essa a situação que estamos descrevendo aqui, de forma que essa despesa não foi repassada para qualquer despesa de manutenção do desenvolvimento do ensino. Não é uma despesa educacional que está sendo gasta com isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou pedir a gentileza que o senhor se identifique para sair nas Notas Taquigráficas.

O SR. DANIEL DE BONI – Perdão, Daniel De Boni, Secretário-Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me registrar a presença do Vereador Fabio Riva.

O SR. FERNANDO MILAN – Posso continuar? Então, vou ser breve, com relação ao orçamento de 2018, quando fomos fazer o planejamento do orçamento de 2018 pegamos por base exatamente o que tínhamos esse ano como o mínimo indispensável, que seria o orçamento ótimo, mais o centro da meta para os reajustes dos contratos, que ficamos para atividades previstas, 195 milhões. Então, pensando em folha, 56 milhões, mais custeio dos equipamentos, um pouco mais de 80, além do orçamento voltado para políticas públicas, que são feitas na ponta, 26 milhões e meio, isso para fins de aprovação, lógico. Sabemos que tem o coeficiente de congelamento para atividades que é de 25%, mais 100% dos projetos e assim por diante.

Mas, estamos fechando o orçamento de uma maneira que consigamos passar o ano de 2018 com um pressuposto e uma referência nossa para que não tenhamos de passar um ano como esse, com redução de postos de trabalho e de contratos continuados e assim por diante. E que possamos rever o que era executado na ponta.

Basicamente o que muda do nosso orçamento esse ano para o do ano que vem é que a dotação para pontuais a gente basicamente manteve o previsto para a Virada Esportiva e os demais a gente vai mantendo a dotação, que é para continuados. Ou seja, queremos atividades basicamente nos nossos clubes e atividades continuadas muito mais do que eventos pontuais de uma maneira dispersa.

Então, via de regra, estamos fechando o nosso orçamento esse ano com base no mínimo necessário para conseguirmos fechar o ano, bancando o custeio dos nossos clubes, a nossa folha de pagamento e a nossa intervenção nas políticas que são executadas na ponta,

que vai ficar se aprovado por volta dos 26 milhões. Se nós vamos abrir o chamamento para as modalidades que a gente julga pertinente, se vamos fazer termos de parceria. Lembrando que esse ano também a gente vai ter que se submeter tudo isso ao marco regulatório das organizações da sociedade civil. Então os que vão continuar desse ano para o ano que vem vão ter que se adaptar e os novos que vão vir para os chamamentos novos também já vão ter que vir com esse pressuposto basicamente.

E o Vereador tinha comentado em relação à Prodam, nós tínhamos hoje fechando em quatro e meio e tem uma previsão de seis e meio foi essa a observação? Via de regra o que a gente precisaria para esse ano que passou, os quatro e meio, foi também apertando muito o nosso orçamento. A nossa área de TI teve de fazer também o seu ajuste para o nosso gasto, a gente teve que abrir uma franca negociação junto a Prodam, mas a necessidade para esse ano porque a gente efetivamente precisava fazer, inclusive, para a manutenção da rede na ponta, era mais do que esses quatro e meio então, via de regra, esses quatro e meio estão um pouco subestimados diante da necessidade que a gente tem. E os seis e meio estão muito mais perto do que a gente a nossa realidade efetivamente.

O SR. RICARDO NUNES – Desculpa, mas eu não estou satisfeito ainda com a sua resposta. Você está aumentando de quatro e meio para seis e meio. Você vai adquirir algum software você vai ampliar a rede?

O SR. FERNANDO MILAN – Na verdade tem a manutenção da rede em todos os clubes que está carecendo e tem uma demanda reprimida relativamente grande de pedidos dos clubes nas pontas para que a gente intervenha. Tem a parte de consumo, toda troca de equipamentos, tem equipamentos muito antigos e a gente faz uma espécie de rodízio dependendo da área que pede e assim por diante. Então a gente precisa chegar ao nível operacional minimamente aceitável e os seis milhões e meio vão deixar a gente agir com uma certa folga esse ano.

O SR. RICARDO NUNES – Isso seria com a Prodam?

O SR. FERNANDO MILAN – Com a Prodam de mais consumo fazendo licitações para adquirir novos equipamentos também.

O SR. RICARDO NUNES – Você já tem alguma carta de intenção, algum orçamento?

O SR. FERNANDO MILAN – Estamos fazendo a pesquisa de preço agora, mas não temos ainda. A gente tem uma pesquisa anterior e essa demanda para essa nova aquisição para o ano que vem, a gente estava pensando na ordem de um milhão mais ou menos.

O SR. RICARDO NUNES – Outra questão aqui, no 2897, realização de eventos de esporte e lazer e recreação, três milhões e 586 mil, 493, está bem arredondado parece que tem bastante detalhamento com relação a isso. A gente tem dificuldade, Fernando, e enviamos *e-mail* para a Secretaria pedindo detalhamento e sequer teve a resposta. Isso está me incomodando e eu já falei para o Caio e isso está me incomodando.

O SR. FERNANDO MILAN – Quando foi isso?

O SR. RICARDO NUNES – Tem que dar o detalhamento. Vocês vão ter que entender que tem que dar o detalhamento.

O SR. FERNANDO MILAN – Lógico, o 2897, como eu disse agora há pouco nós tínhamos duas dotações até esse ano, separava eventos continuados de pontuais. 4503 e 4501 respectivamente, nós estamos mantendo, na verdade, a gente teve que mudar o número da dotação a 4501 caiu e ficou a 2897 para eventos pontuais. Basicamente nós estamos prevendo única e exclusivamente a execução da Virada Esportiva nessa dotação. Todos os demais, que estavam previstos até o orçamento desse ano, foram todos para a 4503 porque a gente quer eventos continuados.

O SR. RICARDO NUNES – O 2897 é Virada Esportiva?

O SR. FERNANDO MILAN – Exatamente.

O SR. RICARDO NUNES – Ótimo. Pronto, simples. Com relação à manutenção de operação, equipamentos esportivos, no 4502, teve agora a solicitação de 83 milhões e 700 mil reais. Vocês tinham liquidado, em 2016, 740 milhões e meio aproximadamente e, orçado para 2017, 83 milhões e 700 mil se mantém no valor? Não vai ter nenhum aumento de equipamento para 2018?

O SR. FERNANDO MILAN – Não.

O SR. RICARDO NUNES – O que tem de proposta da Secretaria de Esportes é manter o que tem, melhorar o que tem, e não ampliar os equipamentos.

O SR. FERNANDO MILAN – Exatamente, a nossa ideia é manter os 46 operando com os contratos com o mínimo salutar de postos de trabalho para cada um desses contratos: vigilância, limpeza, áreas verdes e manutenção predial.

O SR. RICARDO NUNES – Dentro dessa linha, temos criados na Secretaria Esportes, o item 10 que para mim como relator é a coisa mais maravilhosa do mundo é uma nova receita está com um real simbólico, é mil. Da fonte 10. A gente não poderia tentar construir alguma coisa dentro da área do esporte e aí eu aproveito e pergunto para o Secretário e para o Fernando a gente já tem no orçamento de 2017 algumas situações que a câmara colocou como por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre relator a fonte 10 aumentou o valor? A fonte 10 é o dinheiro previsto para as privatizações, foi criado agora. Anhembi mais quanto para a educação?

O SR. CLÁUDIO FONSECA – Deve ser 310 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse assunto nós vamos perseguir. Nós só temos um bilhão disponível com a venda do autódromo, com a venda do Anhembi, com a concessão do Pacaembu. Eu sou de pouca matemática na minha vida, só tem um bi eu vou insistir nessa tese. Tudo isso para nós no Orçamento significa só um bilhão, nobre Vereador.

O Prefeito fala que vai vender por quatro aqui por 3 ali. Não é isso, então vamos lá.

A gente tem que fazer um exercício para dizer que tem dinheiro demais vai acabar e depois perdemos o Anhembi perdemos tudo acaba o dinheiro, mas não tem problema então já que o trator é grande aqui, nós vamos trabalhar. Foi cinco bilhões que foi exposto aqui pelo Secretário de Desestatização.

O SR. RICARDO NUNES – Para os quatro anos, né, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quatro anos.

O SR. RICARDO NUNES – Não estou fazendo a defesa dele não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas o Prefeito fala em sete bilhões. Três anos porque por que um ano já foi.

O SR. RICARDO NUNES – Do código de atividade 10, na Educação, aí vem mais detalhado, Presidente, porque, por exemplo, ampliação e reforma de qualificação 10 mil, aí vem ampliação e requalificação de CEI, 100 mil, aí vem a manutenção escola de EMEIS, 5 milhões, construção do CEU, então vem mais detalhado porque eu também estou tendo dificuldade com a educação.

O SR. FERNANDO MILAN – Em relação à fonte 10 a única previsão que a gente tem efetivamente é para obras, que é para projetos que a gente conseguiu ter essa previsão frente ao que a gente precisava. Então, via de regra, Praticamente todo o montante seria da fonte 10. No caso seria a única previsão da fonte 10, na 3512, que é para obras basicamente a ampliação, reformas e requalificação de equipamentos poliesportivos que a gente lê como obras.

O SR. RICARDO NUNES – Não é privilégio dessa Secretaria, mas de várias. Tudo que você vê aqui com relação a iniciar com “e” são emendas parlamentares. A gente tem aqui até setembro de 2017 nenhuma executada. Se você pudesse só falar se teve alguma dificuldade de executar emendas.

O SR. JORGE DAMIÃO - Emendas municipais?

O SR. RICARDO NUNES – Tem várias emendas, Jorge Damião. Se você pegar

essa folha aqui “e”, 1200, evento: festival de dança escolar junto à Federação de Desporto 40.909 liquidado zero; e 1201, eventos circuito ginásio escolar, então, tudo isso que está com “e” tudo que você vê no orçamento que começa com “e” é emenda parlamentar essa lista enorme e aqui está tudo zero.

O SR. JORGE DAMIÃO - As emendas desse ano estão sendo executadas. Nós temos algumas a serem executadas até o final do ano, a questão de obra, nós estamos abrindo inclusive muitas licitações nesses próximos dias, já abrimos na semana passada algumas, e as de eventos, principalmente as de eventos, a grande maioria vem sendo executada. Inclusive até o Marinho, que cuida disso está aqui. Estamos tendo sérios problemas com entidades que não estão conseguindo cumprir com a documentação, com o novo marco regulatório, as entidades não estão conseguindo apresentar a documentação. Nós estamos notificando os Vereadores em relação a isso, principalmente, aqueles que indicaram pontualmente entidades para que possa regularizar essa documentação e todos os outros que apresentaram a documentação no prazo 70% são eventos estão sendo cumpridos.

O SR. RICARDO NUNES – Lógico, que a observação do Secretário a gente vai ver. Estou me propondo a procurar o Fernando, mas só para deixar registrado estou falando só do que está na nossa folha e que vem da nossa assessoria e consta como nenhuma emenda parlamentar executada. É o que eu tenho aqui, se você me falar o contrário, vou ficar muito feliz.

Outra questão, por exemplo, na 1018 e 1019, você tinha aqui duas situações para desapropriação de áreas para fazer áreas de esporte e têm áreas, por exemplo, Marsilac, não tem uma área de esporte, então é o pior índice de vulnerabilidade da cidade de São Paulo Então tinha lá 500 mil para fazer e não foi executado. Se a gente teria por parte da Secretaria a concordância de repetir isso e tentar fazer um esforço para, ano que vem, executar porque são realmente áreas que são muito...

O SR. JORGE DAMIÃO – Acho que todo o esforço em relação a levar o máximo

possível de atividade esportiva nas regiões mais periféricas da cidade isso inclusive é um compromisso do nosso Prefeito. Só queria lembrar em relação às emendas, 39 já foram liberadas já estão sendo executadas 54 estão com apresentação de documentação, 10 estão em trânsito em relação de processo, já temos 15 com prestação de contas, 11 foram canceladas por questões de documentos no total 95 emendas. Então as emendas estão sendo trabalhadas.

O SR. FÁBIO RIVA – Com relação às emendas, seria interessante o Marinho depois conversar com os Vereadores para que a gente possa verificar essa questão dessas emendas que foram liberadas e as que não foram, para que todos os Vereadores tenham informação do que o senhor acabou de passar, porque acho que está tendo uma falta de informação aqui na Casa com referência a execução e a liberação dessas emendas. Então é importante só para esclarecer, não só esse Vereador, mas outros Vereadores também que estão tendo o mesmo problema e que já vieram até comentar comigo hoje na parte da manhã. Muito obrigado.

O SR. JORGE DAMIÃO – Perfeito, nós faremos isso imediatamente se possível ainda hoje, inclusive, hoje temos uma série de reuniões aqui na sequência com Vereadores justamente para discutir essa questão de documentos. Na questão de obras é a que está mais avançado inclusive estamos começando todo o processo de licitação e pediria que se inclusive assessoria pudesse mandar aqui para nós, agora, na questão das obras é a que está mais avançada, inclusive, nós vamos, começando todo o processo de licitação, até pediria, inclusive, se a assessoria pudesse mandar aqui para nós a questão das obras.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A apresentação que nós vimos é de Educação. Ah, Esportes. Então vamos fazer imediatamente.

Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – No início dos trabalhos, V.Exa. deu o encaminhamento que haveria a apresentação da Secretaria de Esportes, em seguida, a

Educação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Enquanto eu saí, eu entendi que já estava tratando então o Daniel vai fazer a exposição com relação à Educação. Eu vi que o assunto estava um pouco pequeno para o tamanho da pasta. No plano plurianual eu estava falando da questão das privatizações, então, vou fazer outra observação. O que demonstra é que em 2018 é um bilhão de investimentos, da fonte 10, 2019, 913 milhões; 2020, 610 milhões; porque nós estamos debatendo aqui também o PPA, que o nobre Vereador Atílio Francisco é o relator.

Então, a conta está dando dois bilhões e 538 milhões, insisto o Prefeito falou que vai arrecadar sete bilhões. Aqui estão demonstrando até agora 2 bilhões e 538 para... a dívida a gente discute depois. Se vocês quiserem usar o dinheiro para pagar dívidas, pode usar a vontade, mas eu quero que diga que faça constar aqui o que está sendo dito na imprensa. Tenho dito é uma conta simples para a gente fazer o debate. Quando for falar na imprensa...

O SR. _____ - Vereador Jair Tatto, se todas às vezes a gente falar em previsão e colocar no Orçamento vira aquela peça de 2016 que ninguém entende. A previsão, também entendo o que o senhor está colocando, também é uma preocupação nossa. Quando nós votamos a ideia era entrar o dinheiro para que possa serem feitos investimentos na saúde, educação, aquilo que está sendo veiculado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A minha tarefa é presidir e organizar o debate. Diga que vai entrar dois bilhões, não tem problema, daí a gente trabalha em cima de dois bilhões. Não pode falar sete, depois vem outro e diz que caiu para cinco. O Secretário de Desestatização me disse que está numa pasta que só gasta 15 milhões de reais ao ano, mas vai trazer cinco bilhões.

O SR. _____ - Isso a gente acompanha, fizemos um cheque de cinco bilhões.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONES - Bom dia a todos. Sou Secretário Adjunto de Educação do Município, quero cumprimentar a todos os Vereadores, na pessoa do Presidente,

Vereador Tatto e demais autoridades, Secretário Jorge Damião e todos os presentes pela participação.

A minha ideia é fazer uma exposição muito breve para que a gente tenha mais tempo para as perguntas e aí, a partir dos questionamentos, a gente possa aprofundar realmente as questões e os números em cima de quais são as dúvidas, com os participantes e com a Mesa. Eu vou então apresentar mais os números globais do que o Orçamento do ano que vem e a previsão do PPA para os próximos quatro anos e ante de começar destacando um pouco algumas das grandes prioridades que estão colocadas para a gestão, especialmente, para 2018. A primeira delas é a ampliação das vagas nos centros de educação infantil. A gente tem uma meta de chegar até 2020 com 85 mil novas matrículas nas creches municipais e aí o ano de 2018 vai ser muito importante para que a gente avance nesse sentido dentro das metas que estão previstas no Programa de Metas.

Na área pedagógica temos no ano de 2018 é um ano importante porque tem início a implantação do novo currículo municipal. Esse currículo estrutura os conteúdos no ensino fundamental, do primeiro ao nono ano, e a partir do currículo serão estruturadas as ações de formação e também os matérias de apoio para as equipes escolares. Será um currículo implementado alinhado com a base nacional comum, o que é uma inovação, São Paulo está sendo pioneira nesse sentido e isso também está previsto no nosso Orçamento. Vamos ter ações importantes na área pedagógica voltada para o novo currículo e também para o sistema de avaliação. Tivemos esse ano o retorno da prova São Paulo, avaliação externa nas unidades escolares, isso continua no ano que vem, é uma avaliação anual a partir do segundo ano do ensino fundamental, nas diferentes disciplinas. O sistema de avaliação também é uma prioridade importante, que dentro das ações pedagógicas está previsto no Orçamento. Temos também a continuidade do São Paulo integral, também colocando a prioridade na expansão da educação integral no município. A meta que está colocada no projeto é que a gente consiga dobrar o número de escolas de ensino fundamental que participam do São Paulo Integral, ou

seja que tenham turmas de pelo menos sete horas diárias de aula. Também é uma prioridade muito grande de que a gente vai caminhar nesse sentido, a partir de 2018.

Outras ações que vale a pena destacar, também previmos um recurso substantivo para o ano que vem para conservação, manutenção de escolas, a s chamadas despesas de segundo escalão de manutenção das escolas, vemos que há uma defasagem muito grande na conservação dos prédios escolares então é importante a gente poder fazer esse investimento na condição, na infraestrutura escolar. Esse recurso é importante porque ajuda na questão da acessibilidade, a gente ampliar a acessibilidade das unidades escolares e a própria segurança predial, que é um item importantíssimo para o trabalho de ensino e aprendizagem possa ser desenvolvida adequadamente. Também essa é uma prioridade muito importante.

Do ponto de vista tecnológico, dos sistemas de informação, a gente tem também a meta de avançar melhorando a velocidade da internet nas escolas e implantando laboratórios de educação digital, então, os laboratórios de informática a gente vai ter um investimento, estamos contando inclusive com recursos federais ainda esse ano para que a gente possa iniciar essa mudança e ter uma prioridade muito grande na questão da educação digital que inclusive está prevista no novo currículo que passa a ser implementado no ano que vem.

Então, isso é apenas o panorama um pouco geral das ações estratégicas e se a gente olhar os grandes números, temos essa previsão orçamentária para o ano que vem para a educação de 11 bilhões e 600 milhões, esse é o Orçamento da educação previsto para 2018, lembrando que temos duas regulamentações importantes para o Orçamento da educação uma é a obrigação constitucional que as receitas próprias a gente tenha uma despesa de pelo menos 25% na educação e isso está dentro desse dispositivo e, além disso, 100% da chamada educação inclusiva, que são ações complementares, nem sempre executadas pela Secretaria de Educação, muitas vezes por outra Secretarias que também entram na contabilização. Os 6% estão prevista na Lei Orgânica do Município.

Então, olhando a estrutura desse gasto vamos ver que 58% está na despesa de

peçoal ,isso está equivalendo no ano que vem a 6 bilhões e 792 milhões. Essa é a previsão do gasto com pessoal no Orçamento de 2018. Em atividades a gente tem a previsão de gastar 4 bilhões 783 milhões e em investimentos, projetos, 98 milhões. Essa é a estrutura global do nosso orçamento.

Passando adiante, a gente tem aí a abertura por fontes, fontes de recursos, então, a gente tem o Tesouro Municipal, a principal fonte que a educação está sustentada. A gente tem 61% dos recursos do próprio tesouro municipal, o Fundeb, que é um fundo de base estadual, que corresponde a 32% das despesas com educação. No caso do município de São Paulo, o Fundeb é integralmente utilizado na folha de pessoal do município. E temos em transferências federais 6,5% e o restante em outras fontes. Passando adiante, a gente pode ter uma abertura de previsão dos recursos do Fundeb, lembrando que o Fundeb tem recursos também de receitas do próprio município que são canalizadas ao fundo, então vemos o resultado líquido do Fundeb, que é o que de fato o município acaba recebendo a mais, além das suas próprias receitas. Daí temos uma abertura do que são as receitas federais, previstas para a transferência para o município, a transferência da cota do salário educação, que é destinada à alimentação escolar, a transferência do PNAI, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, recurso federal que vem para a alimentação escolar.

Daí temos uma série de outras transferências do Fundo Nacional de Educação, enfim, previstas com os convênios que a gente tem com o MEC etc e estão detalhadas aí, somando um pouco mais de 700 milhões.

Detalhando um pouco o que está previsto para 2018, em termos de investimentos, temos 98 milhões que é o recurso previsto para investimento no ano de 2018 e majoritariamente destinado à construção dos Centros de Educação Infantil, mas também uma previsão para as EMEIs, é um item importante do nosso investimento uma vez que o município em 2017 alcançou uma marca histórica que é zerar fila, universalizar o atendimento da pré-escola nas EMEIs, mas ainda temos a meta de ao longo do tempo conseguirmos reduzir o

número de alunos por sala e conseguir atender de forma mais adequada essa demanda. Então, é importante criar essa rede nas EMEIs. É evidente que a prioridade maior está nas creches, nos CEIS e daí a concentração do orçamento de investimentos está colocada dessa forma porque hoje é a maior demanda que tem o município.

Aqui temos a nossa evolução dos recursos no PPA, podemos ver, é muito expressivo o recurso com convênios com as parcerias, e aí estamos falando basicamente da ampliação mesmo das vagas, de creches dos CEIs, e também um recurso muito expressivo de investimento na área da educação, uma vez que temos essa demanda de ter prédios escolares em muitas das regiões da Cidade de São Paulo, ainda temos essa necessidade de atendimento. Queria dar esse panorama muito geral e aí acredito que o mais adequado é abrir para as perguntas e termos mais tempo para debater em cima das questões, das dúvidas, que o público tenha. Fico à disposição para todos os esclarecimentos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Apenas dar uma informação. às 11 horas teremos uma audiência pública sobre o IPREM, a Previdência a Reforma da Previdência. Essa audiência se dará no auditório do térreo.

Com a palavra a Sra. Carolina.

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI – Bom dia. Sou mãe de aluna. Durante uma reunião do Creci, a qual participei, percebi que tem uma verba que a gente recebe do PTRF que ela vem de impostos ela é gasta com taxas bancárias, então as escolas elas gastam em tarifas bancárias. Se somar isso – sim, pelas minhas contas dá quase dois milhões de reais por ano que é gasto com tarifas bancárias. É um dinheiro que sai dos nossos impostos com destino à educação e vai parar no banco. As seis indiretas já tem essa isenção fiscal dessas tarifas bancárias eu acho que isso tinha replicar para todas as escolas publicas.

Outro item. Hoje a gente gasta 17 milhões com pão, por ano, que dá 110 mil quilos de pão, a custo de 14 reais e a meu ver é um, pão de qualidade ruim, que é um pão branco aquele pão de Hot dog que as crianças comem com manteiga. Assim como que a gente coloca

em um currículo, as ODS, da ONU que visa produzir menos lixo, controle da água, e a gente coloca para as crianças produtos industrializados de péssima qualidade. O que sugiro é trocar esses 14 reais que gastamos no quilo o do pão por produtos como banana, bata doce que nem lixo gera, porque pode se feito compostagem. Por exemplo, o quilo a argila, esse não encontrei em nenhum pregão eletrônico, mas pesquisei em uma loja, ele custa 16 reais, uma massinha de qualidade. A massinha das escolas, hoje, são de péssima qualidade. Como podemos incentivar uma criança brincar com material ruim. Minha proposta é trocar por argila que custa 4 reais. Uniforme também, ele essa gola azul que além de encarecer fabricação para lavar é ruim, a gente gasta lavando, polui os rios, gastando alvejante, então o uniforme de algodão orgânico tingido naturalmente como dá para ver é difícil de lavar, e aí já reduziria um pouco do gasto, no custo e facilitaria a lavagem. Agora indo para a área do esporte, é aumentar o tempo de intervalo nas EMEFs para as crianças brincarem mais livremente. Tempo de intervalo não tem custo. Então é um custo zero e aumentaria as crianças fazendo atividades, incentivar passeios a pé pelo bairro nas regiões que são possíveis: onde tem museu, bombeiro, onde tenha qualquer praça, qualquer parque as crianças desde pequena andando á pé pelo bairro, aprendendo a ocupar a cidade para isso a gente precisa de parquinho de qualidade, de banheiros públicos infantis, e os ônibus de passeio ficarem mais para a periferia que não tem esse tipo de – por enquanto não tem, porque tenho certeza de que os senhores irão fazer bastantes museus , praças, parques na periferia.

Tem um relatório do TCM que fez uma auditoria, apontando muita irregularidades nas CEIs. Indiretas como por exemplos, espécie de crianças por professores, têm vários outros apontamentos de irregularidades nesse relatório do TCM é publico. Não entendo como podemos continuar com que foi apontado lá de ruim, para mim isso não faz sentido.

Outra questão é a logística do uniforme. Hoje ele funciona assim: são feitos por lote. Minha filha ficou muitos meses sem uniforme por generosidade de outras mães que doaram duas camisetas para ela. Ela não se sentia diferente. Porque ele é feito por lotes. Tem

um “X” número de uniforme. São distribuídos e quando as mães não pegam, as famílias não pegam, eles são recolhidos e aí voltam. Ai é feito de novo, eles veem novamente para onde pode ser distribuído de novo, recolhe de novo. Porque não é feito um lote geral para todas as crianças receberem de uma vez? É ruim a criança falar; mamãe eu sou a única que não tenho uniforme na escola. Então como o uniforme não é perecível, dá muito bem para estocar, dar uniforme para todo mundo recolhe. Ano seguinte: Ah, nossos estoques te, 100, vamos vender 90 mil. Para mim muito simples e até economiza dinheiro. Da logística de ocupar o funcionário, Ah, vamos entregar agora lote para dez mães. Ah, oito não pegaram. Devolvem esses oito. Obrigada. Agora a minha filha quem vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra a Sra. Clarice Borges.

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI – Clarice você vai querer aquilo lá? Fala do parquinho. Não quer falar: Nem da comida?

Eu vou falar. Ela queria falar do parquinho perto de casa, o parquinho todo concretado, o único espaço que tem areia. O que tem na areia? Tem cocô na areia porque os cachorros ficam soltos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Onde é o parque?

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI – Metrô Saúde.

E o que tem na comida da escola.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI – Põe muita comida no prato dela, e depois vai para o lixo. Como que a gente joga comida fora?

Outra coisa que eu queria falar é que o *Leve Leite* é um orçamento que sai da educação, 150 milhões por ano, e é uma obra assistencial, não deveria sair dinheiro da educação. É um projeto que tem que existir, mas não com o dinheiro da educação. (Palmas) E o leite custa 16 reais o kilo. Ao meu ver, não é um alimento bom para as crias. Com 16 reais por kilo a gente poderia fazer uma sopa com inhame, com batata, com couve, oferecer caldo

verde para as crianças. Não digo as crianças pequenas, mas as de dois anos podem, muito bem, em vez de tomar leite, tomar uma sopa bem rica em nutrientes, que é melhor do que leite e mais barato.

Ontem mesmo o Doria falou no *Canal Livre* que não haverá farinata nas escolas, e que ele vai enriquecer a merenda com mais banana, mais frutas. Legal isso aí, Doria. A gente apoia. Vamos fazer o que o Doria falou ontem no *Canal Livre*.

P – Tem a palavra o Pirata.

O SR. PIRATA – Bom dia.

É muito engraçado o pessoal do governo justificar os orçamentos, e eu nunca vi a peça orçamentária detalhada. Aí falam da política que fizeram, e tal. Vocês não vieram para isso, vieram para falar do orçamento.

E sobre o orçamento da educação, eu tenho uma curiosidade: se, no orçamento, 30% é lei, por que o orçamento não tem a reflexão desses 30%? Onze bilhões não são 30% de 56 bilhões. Cadê os outros cinco bilhões? Precisamos saber.

Eu sou do movimento hip hop, que é obrigação da Secretaria de Educação. E aí o ruim é que o Secretário nunca vem para debate, traz o outro, que às vezes não tem o poder político. Mas é obrigado ter o Mês do Hip Hop, vocês têm que colocar um milhão de reais aí. E vocês têm que chamar o movimento hip hop, para não fazer coisa de gabinete.

Pela Lei de Diretrizes da Educação, 10.639, tanto a questão dos pretos quanto a dos indígenas têm que estar no currículo da educação, que não foi implantado até agora. Quando vocês vão fazer isso?

Em relação à Secretaria de Educação, brilha os olhos de todo mundo, que falam “Ah, tem tanto dinheiro, bilhões”. Todas as secretarias que vêm aqui falam assim: “Vamos dar dinheiro para a educação”. E aí vocês apresentam que está sem dinheiro, 11 bilhões. As matemáticas são ruins, Secretário.

Secretário de Esportes, é contraditório o diálogo do seu orçamento para fazer

política pública com pessoas. É muito baixo o orçamento. Eu não consegui compreender isso. Só que eu quero reforçar: é lazer. O que significa lazer, que a gente ignora? Todo trabalhador teve ter um tempo para descansar, ter lazer, e é lei, está na Constituição. Quais são as políticas para lazer? E outra: esporte não é só para criança, é para a população. Cadê esses esportes? Cadê o skate, cadê xadrez? Cadê um monte de coisa? Quem vai a um CDM sabe o que é um CDM lá na ponta, se tem esporte. São uns esquemas malditos, porque a população não participa.

Outra coisa que eu acho curiosa: para que vai privatizar o Pacaembu? Ele não dá prejuízo, o Secretário acabou de falar. Para que vai privatizar? Que investimento em esporte é esse? Vai privatizar equipamento público? São curiosidades que eu tenho.

Uma coisa que eu percebo nesse governo é que eles não dialogam. Um secretário acaba com o diálogo do outro todo momento. Prestem atenção às falas. Eles não falam do orçamento. O Secretário de Esportes acabou com o Secretário da privatização. Ele fala tanto de dinheiro de fora, então por que ele não pega dinheiro de fora para bancar a secretaria dele? Por que o orçamento da cidade tem que gastar 15 milhões com esse cara?

Tem coisas que são críticas e tem as que eu pontuei. Agora, falar da periferia é “mó” boi, mas estar na periferia é outra fita.

Tem outra coisa que é uma curiosidade sobre esse pessoal que fala em privatizar. Tem o Secretário de Gestão. Ele fala que tem imóveis a rodo. E por que a Secretaria de Educação fala que não tem espaço imobiliário para fazer creche? (Palmas)

O SR. RICARDO NUNES – Próximo inscrito é o Sr. Ricardo Gomes, sobre o tema esportes, da Associação de Skate do Parque Chuvisco.

O SR. RICARDO GOMES – Bom dia a todos. A minha questão aqui é bastante pontual, eu não vou tomar muito tempo de vocês. O Secretário Jorge Damião já nos conhece.

Na zona Sul, houve a desapropriação das duas principais pistas de skate, em 2012-2014, que foi a pista de skate da Imigrantes, que funcionou por quase 15 anos. O Governo do

Estado desapropriou para fazer o Centro Paraolímpico. Ok. Depois, houve a desapropriação da pista da espraçada, que ficava no piscinão da espraçada. Também funcionou lá por cerca de 13, 12 anos. E a zona Sul ficou sem uma pista de skate das dimensões dessas pistas a que eu me referi.

Para quem não sabe, o skate é um esporte olímpico a partir de Tóquio 2020. E existe uma projeção de que nós sejamos o esporte que mais vai trazer medalha olímpica para o Brasil. Então a gente sabe que o skate veio de uma contracultura nos anos 70, na Califórnia, mas hoje é um esporte praticado pela família também. Segundo a última pesquisa da Datafolha, somos mais de oito milhões de praticantes no Brasil.

No dia 1º de abril, o Prefeito João Doria inaugurou o Parque Chuvisco. As fases 1 e 2 já foram entregues, e a fase 3 começa agora, no final da obra que está lançando um Viaduto na Lino de Moraes. Essa obra deve estar acabando agora em novembro, dezembro. Conversei com ele pessoalmente, explicamos toda essa situação, e ele se comprometeu publicamente a entregar essa pista de skate para a cidade. Constituímos uma associação, a Associação do Skate do Parque Chuvisco, o qual eu presido, e doamos também um projeto para a Prefeitura, da Pug Skateparks, que contempla entre 1900-2000 mil metros quadrados de skate. E a SPObras tem nos atendido com muita atenção e com muito profissionalismo, particularmente o seu presidente, o Dr. Vitor Aly, e engenheiro diretor de obras, Sr. Luiz Lustre. Mas existe uma questão da lei da licitação, que o Parque Chuvisco já é uma licitação antiga. Então precisamos, para o orçamento de 2018, 1 milhão e 600 mil reais para entregar essa pista para a cidade. Eu acho que é justo. É uma demanda real. E estou aqui para falar isso para o Secretário Jorge Damião.

É isso, pessoal. Obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Tem a palavra o Sr. Clóvis Bezerra, do CDC Jardim Manacá.

O SR. CLÓVIS BEZERRA – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Eu queria falar um pouco sobre CDC, clube da comunidade.

A gente tem uma demanda/mês de 1200-1100 pessoas que entram e saem, no esporte, todo dia. Como o Secretário falou aqui, é muito importante o esporte. Só que a gente... não digo abandonado, que abandonado é uma palavra um pouco forte, mas a gente está um pouco esquecido, o CDC no geral. Como o Secretário disse, a gente tem 268 equipamentos na cidade de São Paulo. Em Santo Amaro, a gente tem 10, porém 1 desativado, que seria o CDC Jurubatuba. A gente está fazendo um movimento com a comunidade para reativar. Inclusive, peço a ajuda do Secretário. Isso é muito importante para a nossa região.

Não temos tido investimento nenhum por parte da Secretaria, e há necessidade, porque se manter, no dia a dia, a gente consegue, com os eventos, com a criatividade de cada um, mas não temos condições de fazer investimentos, não dá. É muito difícil ter voluntários para trabalhar no dia a dia. O CDC trabalha com todas as faixas etárias, mas temos uma prioridade com as crianças. Esse tempo ocioso, fora da escola, para que não fiquem na rua. Então a gente promove futebol, várias atividades, e a gente precisa de voluntários. E viver só de voluntários é difícil. A nossa luta é muito grande, todo dia. Então eu reivindico um investimento maior da Secretaria. Às vezes eu brinco assim: “A Secretaria é uma barriga de aluguel: faz o filho, e fala ‘se vira’”. Não pode ser assim. Teria que ter uma parceria, investimentos, promover mais esportes dentro das regiões. Virada Esportiva, pelo menos no nosso CDC lá, a gente não vê. Então ser uma parceria de verdade.

Fica registrada a minha reivindicação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Rosivaldo Nascimento, da Azon, Zona Oeste e Noroeste de Futebol de Várzea.

O SR. ROSIVALDO NASCIMENTO – Temos como foco o futebol de várzea. E vou mencionar alguns itens que fazem parte da SEME como tripé.

A SEME tem como missão formular políticas, fomentar e apoiar projetos que incorporem atividades físicas de esporte e lazer. Em 2017, acabou com os jogos da cidade, a

maior competição esportiva da América do Sul, excluindo mais de 50 mil pessoas praticantes de esportes.

Se tem como visão ser reconhecida como entidade comprometida com a qualidade de vida da população em 2017, ignora o fim de seis campos de futebol de várzea em Santana, que é o Campo de Marte onde o Doria quer fazer parque, e o pedido de transformação do Campo dos Engenheiros em CDC, que seria uma contrapartida do Governo Federal de quando a Prefeitura do Município de São Paulo cedeu espaço para a construção do Instituto Federal de Pirituba, cederia a área dos engenheiros, que é federal, para a construção de CDC. A Secretaria de Esportes ignorou, e ignora até o momento, o nosso pedido.

O Campo dos Engenheiros faz parte da história do futebol do Brasil, e querem acabar com ele. Geraldo Alckmin quer construir galpões para a manutenção da rodovia. Nesse campo, jogou Charles Miller, e teve início o rugby no Brasil.

Se SEME tem pessoas respeitando a transparência, desde 2010 encerrou o programa *Clube-Escola*, que tinha parceria com a Secretaria da Educação, que atendia crianças nos centros esportivos e CDCs. Essas crianças tinham direito à prática de esportes e lanche, e, em alguma época, tiveram direito até a uniforme para a prática de esportes, que depois foi excluído. E até o momento, até os Srs. Vereadores, e a Secretaria, não demonstraram interesse na volta desse belo projeto.

Semana passada, a revista da Folha, *Top of Mind*, divulgou estudo realizado pela marca OMO, que indicou que a maioria das crianças passa uma hora ou menos fora de ambientes fechados. É um período menor do que o de um presidiário.

O Centro Esportivo de Perus é uma grande vergonha para a maior cidade da América do Sul, ainda que a população da área seja bem carente no sentido de esportes e outras carências também.

Há 15 dias, destruíram um campo em Perus, o antigo campo da fábrica de cimento, deixando de fora muitas equipes de futebol de várzea.

Quanto aos jogos da cidade, só para encerrar os números, na dotação orçamentária. A última pesquisa que eu consegui foi de maio. A parte técnica eu não entendo muito bem. Código 4501 - eventos de esportes, lazer e recreação: 13 milhões orçados; código 4503 – incentivo à prática de esportes: 31 milhões orçados, 14 milhões empenhados. Só que eu não consegui definir quais eram essas práticas de esporte e quais os eventos.

Quanto aos jogos na cidade, na questão do futebol de várzea, apresento alguns números, para combater esses milhões que a gente mencionou aqui. São 33 prefeituras regionais. Se cada prefeitura regional tivesse equipes, só de futebol de várzea, seriam 63 jogos por prefeituras regionais, o que daria um total de 2079 jogos, a um custo de no máximo dois milhões de reais. Atenderia 80 mil pessoas. Isso significaria um custo de apenas 25 reais por pessoa. É lamentável o que fizeram com os jogos da cidade.

Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. Gilson.

O SR. GILSON – Bom dia a todos.

Eu só queria fazer duas perguntas sobre a educação: uma sobre esse 2.8 que o sindicou deu, e a gente gostaria de saber como o Secretário de Educação vai repassar que o Prefeito falou que não vai repassar para as conveniadas. Isso é meio complicado para a gente. Se vocês vão abrir 85 mil vagas, 83% das creches estão nas mãos das conveniadas. Como que a gente vai repassar isso, que é uma vergonha, 2,8, para o professor e para os trabalhadores? Como que a gente vai repassar do nosso bolso? Não temos condições para isso. Então gostaria muito de saber como que a Secretaria de Educação vai resolver com o sindicato, porque para a gente está difícil dessa maneira. Estamos para ajudar o Secretário, a educação, mas está ficando complicado. Vocês querem abrir 85 mil vagas, mas como vocês vão abrir 85 mil vagas até 2010, 2020, sei lá, e vocês não estão nos ajudando, os mantenedores? Fica complicado. Fica difícil dessa maneira.

Outra pergunta é a seguinte: a gente mandou um projeto para cobrir a quadra da

Escola Municipal de 1º Grau Carlos Habib. Essa quadra atende mais de 3 mil pessoas dentro dela, e é descoberta. E isso é para dentro da comunidade. Então a gente gostaria muito de saber como está esse projeto, se vai ser aprovado ou não.

É só isso que eu gostaria de saber, sobre a educação e sobre essa quadra, porque está complicado para a gente. Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. Roberto Henrique.

O SR. ROBERTO HENRIQUE – Bom dia a todos.

O meu nome é Roberto, eu sou da Associação dos Moradores do Jaraguá.

Fortalecendo o que o companheiro Gilson falou sobre a rede conveniada: você entende que a rede conveniada, Secretário-Adjunto, que nós já atendemos 85% da demanda na região, e as nossas verbas estão defasadas desde a gestão passada. Não tivemos aumento de *per capita*, não tivemos aumento de ações perante a Secretaria. Essa gestão ficou um ano sem vencimento na educação. E como o companheiro Gilson falou aqui agora sobre esse aumento, se está imposto nesse orçamento para este ano, 2018, para acompanhar o aumento dos professores, que é um aumento muito significativo. E a gente queria saber se entra nesse orçamento aí sobre esse aumento *per capita*.

E outra coisa que eu queria falar para vocês: é que hoje a rede pública de educação, nas EMElS não tiveram investimento nenhum para melhoria da manutenção das escolas. Eu sou presidente de conselho de escola, e estamos discutindo várias ações dentro do município sobre as reforças e manutenção das escolas, que está super defasada, não somente nessa gestão como na gestão anterior também. E nós acreditamos que possa melhorar cada dia mais.

Eu, como munícipe da Grande São Paulo, gostaria que essas (Ininteligível) desse orçamento sejam garantidos, não sejam só questionados. Para a educação, que seja garantido esse aumento.

E eu queria falar para o Secretário de Esportes, quando ele fala que a gente tem

que praticar esportes para obter saúde. A minha filha é confederada na Federação Paulista de Handball, e ela trouxe muitas medalhas. Jogou no São Paulo Futebol Clube, jogou nos campeonatos regionais municipais, e, hoje, ela teve que sair do handball porque não teve recurso para garantir a continuidade do esporte.

Muito obrigado a todos.

P – Tem a palavra a Sra. Margarida Prado.

A SRA. MARGARIDA PRADO – Bom dia, Srs. Vereadores, autoridades presentes, colegas servidores, demais pessoas presentes a essa audiência pública. Eu sou a Margarida Prado Genofre, Vice-Presidente da Aprofem, que é o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo.

Quando nós falamos no orçamento da educação, esse é o meu foco, é claro, eu entendo que tudo que ali aparece como despesa poderia perfeitamente ser considerado como investimento, porque quando falamos em educação com seriedade, estamos falando em investimento. É através da educação, e da educação de qualidade, oferecida através de uma rede pública, não da rede privada, porque quando estamos falando do município, estamos falando de obrigação do município em fornecer educação básica, desde a educação infantil até o ensino fundamental. Essa é a obrigação do município, e aí estamos vendo investimento.

Quando vimos no orçamento dos investimentos que 98% da verba é destinada à construção dos centros de educação infantil, perfeito, ótimo, nada contra. O único problema é que sabemos que todo esse investimento é destinado à rede conveniada, e não à rede direta, ao servidor concursado, que é isso que nós defendemos e queremos, sim, porque as políticas públicas passam pelo controle do município, que dá as diretrizes para a educação, com toda uma supervisão eficiente que temos, para oferecer à população uma educação de qualidade. O conveniamento é aceito apenas como uma necessidade temporária. Agora, quando se transforma isso em definitivo, não dá para a gente aceitar. Não queremos criança na rua, desassistida, fora da escola, sem nenhum atendimento em educação. Não queremos, é verde.

Existe aí o Ministério Público pressionando, e com razão, porque a educação é direito subjetivo de toda criança. Porém, queremos ver no município políticas públicas que direcionem para uma rede direta, estável, e um conveniamento apenas e tão somente numa emergência, de forma emergencial. Portanto, essa é a nossa luta.

P – Tem a palavra o Sr. Eduardo Kennedy, de Cedin.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. EDUARDO KENNEDY – Bom dia.

Meu nome é Eduardo Kennedy, eu sou professor de educação infantil e sou diretor do Sindicato dos Educadores da Infância. Eu gostaria de saber se no orçamento da educação está previsto o impacto e o quanto vai custar o contido no PL 68, que transforma todos os cargos de PEI em PEIF, e que garante a GEID para todos, onde os professores transformados terão direito à jornada especial, ou seja, jornada básica docente. Eu também gostaria de saber se o que está sendo dito, que os prédios próprios da Prefeitura, que estão hoje conveniados, serão retornados para a rede direta.

Qual é o valor previsto para a chamada de concurso para a criança do terceiro turno, haja vista que o PL 68, se aprovado, tornará obrigatória a criação de um terceiro turno dentro do centro de educação infantil.

Eu gostaria de saber também sobre uma reunião que foi feita no CEU Alto Alegre, onde foi afirmado por um Vereador aqui presente que aqueles professores que não fizeram a transformação correm o risco da dispensa. E aí você tem um impacto orçamentário. Eu gostaria de saber disso do Secretário-Adjunto de Educação.

Eu gostaria de saber disso do Secretário Adjunto da Educação. Gostaria de saber também do Secretário Adjunto de que formas serão implementadas essas mais de 80 mil vagas no CEI e qual que é o impacto orçamentário disso na previsão 2018-2020. Terão aumentos também as verbas de custeio destinadas às unidades de educação, usadas para manutenção e compra de materiais, pois esse ano foi reduzida se comparada com as verbas

que chegaram nas unidades nos anos anteriores.

E, quinto, eu gostaria de saber também, esse 0,91% destinados à construção de novos CEIs serão todos conveniados? Terão alguns da rede direta? Até porque nós, educadores da rede direta, acreditamos no ensino público, de qualidade. Não estou descaracterizando aqueles que fazem um trabalho da rede indireta ou do convênio, porém, nós, servidores públicos, acreditamos que a rede direta tem que ter o auxílio da rede indireta, o auxílio, porém quem tem que ter a maior cota, quem tem a obrigatoriedade é a rede pública direta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Seriam dez, me permitam, eu vou ouvir o Fábio Siqueira, que tem educação e esportes na temática e o Hélio Menezes, porque tem a tratativa do transporte escolar. Em seguida os Srs. Vereadores e em seguida as respostas.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Jair Tatto, Presidente desta douta Comissão de Finanças, bom dia a todos e todas, estimados conterrâneos, munícipes da cidade de São Paulo que vem hoje, num momento dos mais importantes do ano, discutir educação, esportes, lazer e recreação. Talvez sejam as pastas mais ligadas à infância e à juventude, adolescência desse país. Por isso é necessário seriedade e muita temperança para discutir esses assuntos.

Saúdo também o Vereador Fábio Riva, Toninho Vespoli, Vereador Relator Ricardo Nunes, Vereador Claudio Fonseca, Sr. Secretário Jorge Damião e representantes da Educação.

Para questão o esporte e lazer. O orçamento está sendo pouco executado. Até 30 de setembro o senhor executou apenas, liquidado, 38,4%, num universo de 75%, ou seja, metade. Eu fico bastante triste com a baixa execução numa área tão importante como é o esporte, a educação e o lazer.

Todos conhecem um clube importante chamado Panathlon Clube. O Panathlon é

uma instituição de grande importância, criado pelo saudoso esportista Henrique Nicolini. Leio aqui que duas doações, duas emendas envolvendo o Panathlon, Copa Fair Play e Basquete 3x3 estão zeradas. É a 30.5.7 e a 30.5.9. Infelizmente nem Panathlon mundial está sendo respeitado pelo seu orçamento. Construção de centros de inserção esportiva, 6% executado, verbas cinco milhões, executado até 30 de setembro, 320 mil. Será que não é mais importante na cidade os centros de inserção esportivos para começar a prática do esporte para criança e adolescente. Por que tão baixa execução, só 6%?

Fundo Municipal de Esporte, lazer e Recreação. Desculpe, na minha opinião é um fundo fantasma porque de 4 milhões e 200 executou nada, de primeiro de janeiro a 30 de setembro nenhum centavo executado. E tem propostas importantes nesse fundo: reforma de equipamentos esportivos para a cidade inteira, principalmente periferia, e reforma do Centro Esportivo Rizzo Yogawa, na nossa querida Vila Guarani, também zerado, cem mil reais e nada executado. Então queria uma explicação convincente sobre isso.

Situação muito triste, ampliação de oferta de equipamentos de atividades esportivas e de lazer. Aprovado 4 milhões e 400 e nada executado. Por que esse dinheiro vai desaparecer. Por que esse dinheiro vai desaparecer?

Construção de centros olímpicos. Zero, um por cento executado. Um vexame, porque o centro olímpico é uma proposta importante. Não tenho culpa que o incompetente prefeito Haddad e a Dona Dilma Rousseff não mandaram dinheiro, é um projeto importantíssimo porque teve olimpíada no ano passado aqui em São Paulo, então os centros esportivos o Governo está devendo para a cidade de São Paulo.

Reforma de equipamentos esportivos. Executou, parece brincadeira, cinco mil reais de um total de quase dez milhões. Eu fui no Centro Esportivo do Cambuci e está literalmente em situação de miséria, é Rubens Pecce Lordello. Claro, executando 0,1% obviamente não pode esperar melhor coisa, melhor sorte. Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 24 horas, zero real liquidado de 5.3 milhões. Eventos de esporte, lazer e recreação,

executou só 15%, ou seja, uma lástima, Sr. Jorge Damião, a questão orçamentária.

Para complementar, e eu vou pedir uma reinscrição para educação, porque eu não vou tratar de educação, um tema de 15 bilhões num tempo exíguo, isso é injusto para São Paulo, e mais injusto é o... Secretário Schneider que não aparece nessa Casa, não é à toa que é o vice do José Serra e fez péssimas práticas de educação no Governo Kassab, esse senhor... chamado Alexandre Schneider, não é à toa que não está presente.

Mas vamos voltar para a questão do esporte. Queria saber por que sumiu as verbas de esporte nas Prefeituras Regionais se a legislação de 2012 exige esporte e cultura discriminadamente nas 32 subprefeituras. Queria perguntar do Jogo Municipal do Idoso. No ano passado o Governo Haddad deu uma chapéu nos idosos, tirando dinheiro dos jogos. Queria saber, Sr. Secretário, se via ter dinheiro para o Jomis ou se o senhor também vai jogar para os Direitos Humanos, que também não tem dinheiro.

Conselho Municipal do Esporte. Esse conselho existe, Secretário, ou é fantasma? Qual a dotação orçamentária para o Conselho Municipal do Esporte? Entidade importante que existe desde a época do grande Paulo Machado de Carvalho, em 72.

Privatizações. Por que os senhores vão privatizar o Pacaembu e não deixaram dinheiro para o esporte no Fundo Municipal de Desenvolvimento Esportivo. Será possível que você privatiza equipamento e não deixa dinheiro no Fundo de Desenvolvimento de Esportes? O que é isso, Prefeito João Doria? Situação vexatória na cidade.

E, por fim, queria falar das obras do CEU. Até quando o CEU Arthur Friedenreich vai ficar fechado por responsabilidade dos Governos? Ia virar CEU, não virou e o equipamento está parado na Avenida Francisco Falconi, na Vila Alpina. A região da Vila Alpina-Prudente-São Lucas não merecem esses desrespeito da gestão Haddad e agora Doria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Hélio Menezes.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, solicitaria a V.Exa. que retirasse das

notas taquigráficas os termos utilizados pelo morador que classifica o Secretário como ..., A Secretaria Municipal de Educação está representada aqui pelo Secretário Adjunto. Em várias outras oportunidades nós tivemos...

Por favor, querido, você não gostaria de ser tratado nem como nefasto, nem como covarde. Eu acho que não cabe na afirmação das suas ideias utilizar essas adjetivações que nada contribuem para o debate. É muito bom e muito importante colocar as considerações sobre o orçamento, fazer sua afirmação, mas eu solicitaria de fato ao Presidente para que não constem esses adjetivos inadequados e que não procedem, inclusive. Não procedem e o senhor tem que respeitar também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está acolhida a solicitação de V.Exa., Vereador Claudio Fonseca.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI – Sr. Presidente, eu endosso as palavras do Vereador Claudio Fonseca. Inclusive, acho que daqui para a frente deveríamos manter esse tipo de conduta, o que não aconteceu nas últimas. Eu gostaria de agradecer a postura do Vereador Claudio porque, na verdade, não estamos aqui para ouvir desacato, ninguém está desrespeitando ninguém. Nós estamos aqui prestando todos e quaisquer esclarecimentos e estamos à disposição de vocês para esclarecer o que mais for possível na audiência do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está registrado aí, digamos, a ocorrência.

Tem a palavra o Sr. Hélio Menezes, da Associação Transporte Escolar de São Paulo. (Pausa) Foi embora.

Tem a palavra, na ordem, o Vereador Claudio Fonseca, que preside a Comissão de Educação, Esportes.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, primeiramente queria destacar que a proposta orçamentária tanto da educação quanto do esporte não detalha as ações de cada programa, o que fica muito difícil não só para o Relator, mas para todos os membros que

compõem a Comissão, a Comissão de Educação e as demais Comissões, para identificar de fato as ações de cada uma das secretarias.

Nós podemos até dar destaque para algumas questões que foram colocadas aqui como princípios, como objetivos da Secretaria...

- Manifestação antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos aguardar, vamos estabelecer que após as demais falas vocês podem se manifestar de maneira respeitosa.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Estamos tratando de uma previsão de receita para 2018 da Secretaria Municipal de Educação de 11 bilhões, 673 milhões, um acréscimo, portanto, comparativamente ao orçamento desse ano da ordem de 6%. Ao avaliar essa evolução das receitas, elas não são compatíveis com a evolução das despesas, mesmo quando você considera a folha de pagamento de pessoal. Então queria perguntar aos técnicos da Secretaria de Educação e também da Secretaria da Fazenda se foi considerado na elaboração do orçamento os reajustes obrigatórios já previstos em lei decorrentes do cumprimento do artigo 100, da Lei 14.660, que dispõe sobre a valorização dos pisos dos profissionais da educação, docentes, gestores e quadro de apoio em decorrência das negociações feitas nos anos de 2015, 2016 e 2017, nós temos a aplicação de índices de reajustes sobre os padrões de vencimentos de todas as tabelas dos docentes, dos gestores e do quadro de apoio em todas as jornadas de 3.67 agora no mês de novembro, 5% em maio de 2018, 3,65 em novembro de 2018 e em 2019 nós temos 3,71 decorrentes da negociação desse ano quanto da ampliação do valor do piso e que será aplicado em duas parcelas. Então são reajustes legais, vinculados e em obediência à Lei 14.660, em consonância, inclusive, com a lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de pisos profissionais para os profissionais da educação.

Pelo que eu percebi, se de fato estiver considerando esses índices de reajuste, a dotação para despesa de pessoal aqui é incompatível até mesmo com a aplicação desses reajustes, portanto, desses índices que são direitos legais. Sem contar que no mês de maio de

cada ano há também as negociações tendo em vista a fixação de novos valores de pisos e a extensão, através de incorporações, para os ativos e para os aposentados.

Eu indago também se estão previstas essas despesas decorrentes da aplicação da lei que dispõe sobre a valorização dos pisos remuneratórios.

O Fundo Municipal de Desestatização, criado aqui pela Câmara Municipal, ele prevê que dos recursos advindo da desestatização, eles devem ser destinados ao Fundo Municipal e aplicados em educação, saúde, transporte e habitação. Como educação e saúde têm receitas vinculadas, está se estimando para o ano que vem algo em torno de um bilhão e cem milhões reais do programa de desestatização, onde é que eu posso identificar no orçamento que pelo menos 330 milhões dessas receitas decorrentes da desestatização serão de fatos aplicadas em educação, das quais 250 milhões em manutenção e desenvolvimento do ensino, porque temos vinculação com educação, educação inclusiva e subvinculação com manutenção e desenvolvimento de ensino, dos 33%, 25% obrigatoriamente deve ser com manutenção e desenvolvimento do ensino, onde estão identificadas as despesas que estão todas regulamentadas na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, que podem ser consideradas de fato como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Além desse um bilhão e cem milhões estimados com receitas captadas no programa de desestatização, o Relator do Orçamento, o Vereador Ricardo Nunes deu, também através de outros Vereadores que compõem a CPI dos Grandes Devedores, uma boa notícia não só para a Câmara Municipal, para a cidade de São Paulo, para as áreas de educação, da saúde, que foi a captação, através do trabalho que foi realizado pela CPI dos Grandes Devedores, captou cerca de dois bilhões, dois bilhões.

O SR. RICARDO NUNES – Foram cinco, dois e meio à vista.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Claudio Fonseca, queria fazer uma alusão ao excelente trabalho que o nobre Relator fez na CPI e compartilhar dessa notícia. Nesse ano são cinco bilhões que vão entrar com a PPI. Ou seja, aqui estamos só dando

notícias boas. Eu vou cuidar de organizar a plenária e passar notícias boas, nobre Relator.

Gostaria que V.Exa. fosse mais contundente, inclusive, nessa grana toda que está entrando na educação.

O SR. CLAUDIO FONSECA - V.Exa. não imagina o custo do meu elogio ao Vereador Ricardo Nunes, que eu sei que S.Exa. é um defensor das terceirizadas, legítimo, e eu sou um defensor da diretas. Então faço esse elogio a ele...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Presidente da Comissão de Educação, se me permite na minha euforia, a gente chega a 38% da folha apenas. Nós somos o município mais responsável financeiramente com o funcionalismo público. Então queria aqui fazer um registro, fiz na Secretaria de Gestão, nós temos margem para gastar com o funcionalismo. Eu vim do Estado do Rio Grande do Sul, 80% da folha comprometida, 24 parcelas vai ser o próximo 13º dos funcionários, mais ativos e inativos. É terrível a situação lá. Aí eu fico falando, essa minha querida São Paulo está uma maravilha, então temos margem, Vereador Claudio Fonseca par ampliar esses gastos com folha, custeio.

Obrigado pela apresentação.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Mas fazendo esse registro, Vereador, da conta de que são cinco bilhões captados através desse trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grandes Devedores, o que é ainda muito pequeno diante da dívida ativa do município, da ordem de cem bilhões. São créditos da Prefeitura na mão de devedores. Se houvesse captação de um terço dos cem bilhões, são devedores bancos, grandes empresas, grandes empreendedores que devem ao Tesouro Municipal, nós teríamos algo em torno de 30 bilhões somente para educação. Mas dos cinco bilhões já captados, dois bilhões imediato eu queria também queria perguntas aos responsáveis pela elaboração da peça orçamentária, onde nós podemos identificar que desses dois bilhões e meio, 825 milhões estão dotados para educação. Dos 825 milhões, pelo menos 700 milhões com desenvolvimento e manutenção do ensino. São duas receitas, previsões de receita, uma já realidade, na verdade, que entra no

caixa do Tesouro Municipal, e a estimativa das receitas decorrentes da desestatização.

Indagar se a Secretaria Municipal da Educação tem feito monitoramento do PME. Na elaboração da peça orçamentária, se foi considerado esse monitoramento, tendo em vista que lá estão fixadas diretrizes, metas e estratégias para o sistema municipal de ensino.

Foi perguntado se houve estudo de impacto sobre projeto de lei.

Se é projeto de lei, não cabe fazer estimativa de impacto. Quando se transformar em lei, pode-se, obviamente, estimar as despesas decorrentes da aprovação da lei, dali para a frente, e estar no plano plurianual. Mas a pergunta é pertinente. Pode ser feito; não tem problema nenhum. Houve, inclusive, solicitação da Comissão de Administração Pública sobre o impacto da aprovação de um projeto de lei que, entre outras coisas, prevê a obrigatoriedade do cumprimento de lei federal quanto às jornadas. Então pergunto à Secretaria Municipal de Educação se estimou o impacto que haverá com o cumprimento da lei federal, que determina que 1/3 das jornadas de trabalho docente deve ser destinada à hora-atividade, porque isso não é especulação, é lei federal, aprovada no Governo Dilma, quando o Secretário da Educação era o ex-Prefeito Haddad. Daí vem talvez a pergunta do Fábio, sobre a necessidade de se criar um terceiro turno. Isso porque, se a lei for cumprida, os profissionais de educação de CEI terão 20 horas de regência e 10 horas de atividade; hoje, só tem 5. Então, pelo cumprimento da lei federal, tem impacto. E se a Secretaria já estima esse impacto, porque, uma hora ou outra, pode vir, inclusive, uma determinação judicial obrigando o cumprimento de 1/3 do total da jornada docente em hora/atividade.

Foi aprovada a Lei 16.710/2017, que dispõe sobre políticas para a primeira infância. E lá no seu art. 16 estabelece programas de parceria e privatização da educação infantil. A pergunta é se foi considerado, nesse orçamento, a estimativa do que vai ser privatizado, do que vai ser terceirizado, tendo em vista que foi dito que se quer criar 85 mil vagas. E eu defendo que a criação dessas 85 mil vagas seja em CEIs diretos. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação tem que dizer se essa criação de 85 mil vagas será em CEI direto ou

indireto, e qual o impacto financeiro orçamentário, tanto na direta quanto na indireta, porque isso vai fazer parte do planejamento estratégico para 2018. Então pergunto se foi considerado o impacto de Lei 16.710, e se se considerou isso na criação das 85 mil vagas.

Por fim, Sr. Presidente, quero observar que estão previstos 1,4 milhão para a construção de CEUs. E com esse valor, dá, no máximo, para pagar as taxas administrativas das obras. Significa dizer que não haverá finalização das obras de CEUs. Nós temos CEU parado em Itaquera, na Vila Prudente, no Tatuapé, no Jaraguá. Então, 1,4 milhão é um indicativo de que vamos ter, no máximo, receita para a manutenção das taxas administrativas de manutenção da obra, e não haverá conclusão para os CEUs em construção. Outros 5 milhões estão dotados para a construção de EMEIs. Conclusão do quê? De uma EMEI. E 89 milhões reservados para construção de centros de educação infantil.

— Não há recurso para investimentos substanciais com recursos de investimentos do Tesouro. Até considero o que a Margarida colocou, que a educação é sempre investimento. Mas, do ponto de vista contábil, tem investimento, manutenção, por aí fora. Mas, para fins contábeis, recursos para investimentos não são substanciais; recursos próprios do Tesouro Municipal não são substanciais para investimentos. Recursos para manutenção são insuficientes, e as nossas escolas precisam de um plano de emergência para recuperação, conservação e manutenção. Então os recursos dotados aqui são insuficientes. Mais recursos para, inclusive, a formação. Quanto à questão curricular, é necessário que se tenha investimento em formação; e também os recursos são insuficientes.

São essas as considerações, Sr. Presidente, que eu faço. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Claudio Fonseca.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos e a todas. Meu cumprimento a todos que estão presentes em nome do Jorge Damião.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Toninho Vespoli, permita-me.

Tem alguma outra lista de inscrição na mesa? Eu tenho várias inscrições aqui, mas eu quero saber se existem mais inscrições para chegar à mesa. Porque aí, se vocês me permitem, na fala do Vereador Toninho Vespoli, eu encerrar as inscrições, senão vamos estourar o tempo. Temos mais 17 inscrições.

Garantido o seu tempo, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Então, em nome do pessoal do Executivo, cumprimentar todos, na pessoa do Jorge Damião; e cumprimentar todos os Vereadores na pessoa do Presidente, Vereador Tatto.

Queria fazer uma questão sobre esporte.

Se somarmos a manutenção e operação de equipamento esportivo, 83 milhões, mais a administração da unidade, 71 milhões, dá em torno de 80% do orçamento. Os 83 milhões, quando foi falado aqui, pelo o que eu entendi, vai ser dedicado mais à questão da manutenção. Pelo menos foi esse o sentimento que eu tive na fala. E aí fica um pouco a minha preocupação, porque a gente já tem uma rede de CDC na cidade. Quando o Jatene foi Secretário, eu fui conversar com ele. E o que está faltando colocar nos CDCs são oficinairos, para que realmente impulse mais os CDCs. Porque a gente acaba tendo os espaços públicos ociosos e a nossa juventude à mercê, sem oportunidade. Então teria que ter um investimento maior nesse tipo de atividade. E eu fico preocupado que esses 80% vá para outras questões.

A outra questão eu não sei se o Secretário poderia ajudar; não é uma questão de orçamento.

Foi falado sobre a questão do skate aqui. E teve o fechamento do Beco do Valadão. Ali, foi o próprio pessoal que acabou fazendo aquele espaço, que acho que é conhecido até mundialmente. Inclusive, a Nike já filmou ali, fica na Faria Lima. O prefeito regional acabou fechando aquele espaço, sem diálogo com a comunidade, com as pessoas que praticavam esse esporte na Faria Lima. E a preocupação até um pouco é essa: não ter investimento do

Poder Público para incentivar o esporte. Aí, quando a própria sociedade civil vai lá e se organiza e faz, a Prefeitura, em vez de ajudar, ainda atrapalha. Isso eu conversei bastante na gestão passada, que aconteceu a mesma coisa. Um equipamento público que surgiu porque a sociedade civil da Santa Cecília se organizou, estavam fazendo várias atividades, e, simplesmente, a Prefeitura foi lá e fechou o espaço público. Então eu queria saber se o senhor poderia ajudar num diálogo com o prefeito para retomarmos aquele espaço que, inclusive, não tinha custo nenhum para a Prefeitura, já que a própria sociedade civil estava se organizando.

Sobre a questão da educação, no item sobre formação, eu vi que houve um decréscimo de 32% no orçamento. Eu queria saber o que explica isso. O Prouni e essas coisas foram muito boas para colocar as pessoas mais pobres nas universidades, mas muitas universidades simplesmente acaba captando o dinheiro, e, às vezes, não dando uma formação de qualidade. E a pessoa é vítima, porque está pagando uma mensalidade, mesmo mais barato, porque conseguiu uma bolsa, mas está indo ao curso, e o responsável pela qualidade é o MEC, e, às vezes, não vê essa qualidade a contento, e a pessoa acaba sendo vítima, porque ela acaba pagando, indo ao curso. E o investimento para a formação continuada dos professores e de todos os servidores da educação é fundamental. E eu queria entender por que estamos baixando a verba para esse item. Inclusive, uma discussão das conveniadas. Tem entidade que consegue, com a verba, dar curso para as conveniadas; isso tem crescido. Mas, por exemplo, a gente sabe que tem conveniadas que nem conseguem dar cursos de formação continuada. Então é muito importante aumentar a verba para formação, porque todos, independentemente de ser direto ou conveniado, tem que ter formação para todas as pessoas que estão lidando com as crianças e com os adolescentes.

Outra coisa é a redução de 20% da verba para operação e manutenção de conselhos e espaços participativos.

Se aqui no nosso Brasil nós temos um problema crônico, que é a questão da corrupção, e não é por partidos que vamos resolver isso, mas é dar mais poder ao povo. Então,

em vez de incentivarmos cada vez mais a sociedade civil... Você vê a fala maravilha de uma mãe, mostrando efetivamente que se poderia baratear os custos na educação. Em vez de incentivar isso, vamos tirar dinheiro e espaço desse item, sendo que teríamos que incentivar ainda mais que as pessoas se organizem, para que consigam ter controle do estado. E quando falo do estado, refiro-me aos entes federativos. Queria entender isso também.

Outra coisa que me preocupa bastante, e eu não vi esse item, e é o que mais chega ao nosso gabinete, uma das coisas que a educação mais nos reclama, é não ter mais dinheiro para passeio para as crianças e adolescentes. Inclusive, com o fechamento de vários espaços pedagógicos, as escolas estão ficando literalmente só com as salas de aulas. Teve, inclusive, denúncias que chegaram ao nosso gabinete, de que teriam que tirar até sala de professores. Onde os professores vão ficar? Quer dizer, o passeio é superimportante, porque você tira as crianças da sala de aula. E nas atividades lúdicas, a gente faz bastante trabalho pedagógico. Inclusive, tem projeto da própria Prefeitura. Se não me engano, é *Aprendendo brincando*, alguma coisa assim. Então como a Prefeitura consegue fazer projetos que prevê aprendizado na brincadeira, e, ao mesmo tempo, não propicia esses espaços maiores nas nossas unidades escolares. Então eu queria saber se tem essa possibilidade de ter uma rubrica para que se tenha ônibus nas escolas.

Outra questão que eu acho importante, que o Vereador Claudio Fonseca já observou, mas eu queria reforçar, e que olhamos, olhamos, e não conseguimos achar: o crescimento vegetativo da folha, ou seja, praticamente 0% de uma dotação orçamentária para aumento dos servidores da educação. E aqui aprovamos leis, e elas vão ter um impacto no orçamento de 2018. Então eu queria saber onde está garantido, no orçamento, esse aumento para os servidores públicos.

Para terminar, um pedido para o Presidente Tatto.

Estamos fazendo bastantes audiências públicas sobre o orçamento, e quero parabenizar toda a comissão por isso, mas tem chegado ao nosso gabinete, principalmente

professores e mães, sobre a dificuldade de estar nos horários. Então se teria condição de se fazer uma reunião específica sobre educação mais à noite, para que as mães, os pais e os professores possam participar.

Para terminar, Presidente, daqui a uma hora eu tenho uma reunião na Secretaria de Educação. Vou ter que me retirar. Mas a minha assessora, a Mariana, vai estar aqui para recolher todas as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está registrado o pedido da audiência, a garantia ainda não, porque estamos ainda apertados com as datas.

Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, de forma muito breve, até porque tem outras pessoas inscritas, e é muito importante que possamos ouvir vocês.

De forma muito breve, Secretário Jorge Damião, a quem parabeno pelo trabalho, que tenho acompanhado. Sei da dificuldade de formatar uma peça orçamentária, as dificuldades até de interpretação dos Vereadores. E eu sou um dos que, muitas vezes, tenho dificuldade, e me socorro dos mais experientes da Casa para que possam me esclarecer alguns pontos.

Você foi um dos idealizadores do Clube-Escola, que eu acompanhei quando eu estava em Pirituba, na Coordenadoria de Assistência e Desenvolvimento Social. Foi muito importante, principalmente não só nos equipamentos de administração direta, nos centros esportivos, também como nos CDCs. Então seria importante, neste peça orçamentária, e este Vereador, como outros que também entendem a falta desses profissionais para garantir o acesso ao esporte de forma gratuita nesses equipamentos, que foi a ideia. Não só o futebol, mas também o judô, a dança, vários outros. Então que possamos retomar esse programa. Isso seria muito importante.

No trabalho que eu faço em Pirituba, Jaraguá, Taipas, nós temos alguns equipamentos de administração direta, e você sabe muito bem que temos um problema muito

sério na administração direta com os profissionais, os professores de educação física; muito pequeno. Então é importante que se possa ter um olhar atento a essa questão do clube-escolas.

Quanto às outras considerações, acho que muitos já as fizeram. Então a minha consideração seria com referência à importante de se retomar os clubes-escolas, num primeiro momento, nos equipamentos da administração direta. Temos que voltar ao centro esportivo. O Nenê falou do Centro Esportivo de Perus. Temos lá o Centro Esportivo de Pirituba. Então é importante que vários outros equipamentos de administração direta já volta, para, de novo, a comunidade retomar a utilização desses equipamentos. Até porque alguns CDCs já têm escolinha de futebol, tem outras escolinhas que os CDCs já exploram, e que é de conhecimento de muitos de vocês. Então essa seria a ressalva.

Com referência à educação, como muito bem lembrado pelo Vereador Claudio Fonseca, destaco a rubrica dos CEUs. Temos no Jaraguá o CEU Pinheiro D'Água, um equipamento de muita importância para a região, e parado. E esse valor de 1 milhão de 300 mil que está na dotação, no código de atividade, é muito pequeno perto do que temos na cidade. Então é importante ter esse olhar, principalmente com o Secretário Alexandre, não somente nos CEUs, mas em outros equipamentos iniciados na gestão passada e que hoje se encontram paralisados.

Outra coisinha, para finalizar, é quanto ao que eu entendo do trabalho da educação, principalmente dos servidores da administração direta: os trabalhadores da administração indireta, as conveniadas, são complementares, nunca conflitantes. O olhar da municipalidade na educação é para todo mundo. Eu sou um defensor também, junto com o Ricardo Nunes, das conveniadas. Eu entendo que esse trabalho, não desmerecendo o trabalho de todos os servidores diretos, é complementar. Essa é uma realidade, e nós precisamos ter esse investimento. O próprio Toninho Vespoli deixou clara a questão da formação, de incentivo à qualificação desses profissionais. Então eu vejo esse trabalho nosso, aqui, é, principalmente,

um trabalho de mostrar que os dois lados, tanto das conveniadas quanto da administração direta, precisam ter esse incentivo do Poder Público. Incentivo esse que passa pela Câmara, na hora que olharmos atentamente todo esse trabalho que vai ser feito pelo nosso Relator. Então esse trabalho que fazemos aqui é um trabalho de mostrar para vocês que a sociedade clama por uma educação de qualidade, e isso passa, principalmente, pelos servidores da administração direta. Porque se as conveniadas estão aí, os responsáveis são vocês também, porque eles são complementares.

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA – Como não? São responsáveis no sentido de que a gente não consegue administrar toda a questão educacional.

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA – Então você está falando de vários outros governos, não é?

- Manifestação do público.

O SR. FABIO RIVA – Então a questão é que não estamos aqui querendo criar conflitos entre vocês, nós queremos as conveniadas, mas queremos valorizar cada vez mais vocês. Esse é o nosso trabalho. Por isso que eu estou dizendo para vocês que os trabalhos são complementares, a gente não pode entrar numa linha de atrito. O nosso trabalho é valorizar cada vez mais vocês e dar oportunidades para as conveniadas. É ponto. Esse é o trabalho nosso.

Então fica aqui essa minha colocação, sempre respeitando cada um de vocês. É sempre bom termos esse debate aberto, onde podemos, mais uma vez, construir pontes, não construir muros ou criar conflitos. Esse é o nosso papel, e, principalmente, o papel de cada um dos senhores e das senhoras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Relator.

Você me permite, Secretário? O tempo estourou. É que quando um secretário vem, a gente fica um pouco entusiasmado, porque não tem sido constante.

O SR. RICARDO NUNES – Sobre a área de esportes eu já falei bastante.

Sobre a questão da educação, eu estou bastante ansioso para escutar as respostas, principalmente das perguntas que fez o meu combativo colega Claudio Fonseca, que sempre me contesta, mas sempre de uma forma muito legítima e democrática, algo que eu prezo muito. As ideias podem ser divergentes, cada um tem o seu pensamento. Eu sou seu fã, sinceramente, pela sua conduta.

Temos algumas questões na área da educação.

Temos uma situação bastante complexa com relação à questão do TAG – Transporte Escolar Gratuito. Tem um movimento enorme, várias mobilizações desse setor, e acho que poderíamos dar uma contribuição com uma mensagem para esse setor, porque da última vez que eu estive com o Secretário Alexandre Schneider ele me garantiu que não haveria corte nesse setor, a não ser algumas adequações com relação à administração. Foram identificadas algumas situações de possível fraude, condutor recebendo quase 50 mil. Então foram corrigidas algumas situações. E pelo o que eu vejo da peça orçamentária, nós tínhamos uma previsão em 2017 de 217 milhões, e, agora, para 2018, 227 milhões. Mas, se pudéssemos entender por que foram executados somente 120 até setembro de 2017, acho que seria uma boa contribuição que poderíamos dar. E se vamos ter alguma mudança com relação ao TAG. Acho que isso é fundamental. O

Outra questão bastante importante que eu queria falar, e só complementando o questionamento do Vereador Cláudio Fonseca. Também tem coisas positivas, e é bom a gente frisar que sempre foi uma preocupação nossa.

A Fonte 02, o recurso federal, na proposta orçamentária de investimentos para 2017, havia uma previsão de 129 milhões, dos quais foram executados 544 mil. E agora veio o Executivo com a proposta de investimentos, na Fonte 02, de 34 milhões. A gente ficou muito tempo aqui com uma ilusão de um recurso que poderia vir, e acabou que nunca foi entrando durante todos esses anos. Mas eu me sentir mais confortável se pudéssemos, mesmo tendo

esse avanço, de ser mais realista no orçamento, desses 34 milhões, qual é a real perspectiva de tê-los? Acho que isso seria importante você nos colocar aqui.

Eu tenho uma dúvida que eu tenho quanto à Fonte 03, na área de investimentos, que é o recurso advindo do Governo do Estado de São Paulo: nós tínhamos uma previsão, no orçamento de 2017, de 16 milhões. Foi atualizada, até setembro, 16 milhões, e gastou 900 mil. E agora tem uma previsão de somente 3 milhões. Lembrando que, em 2016, foi executado, liquidado e pago 6 milhões e meio. O que justifica vocês entenderem que o recurso do Estado de São Paulo para a Secretaria de Educação, na área de investimento, só será de 3 milhões. Se isso não está sendo por parte de vocês, uma vez que o governo do Município de São Paulo é do meu partido do Governo do Estado. A gente sabe que, infelizmente, às vezes tem essa questão partidária, e não adianta querer dizer que não influencia. Então sendo o Doria do PSDB e o Alckmin do PSDB, não poderia ser um pouco mais ambicioso com relação aos recursos advindos do Governo do Estado? Lembrando que da Fonte 03 estão previstos somente 3 milhões na área de investimento.

A outra questão diz respeito à Fonte 05, que são outras receitas, principalmente a questão de Funcad, nós tivemos realizados, em 2016, 5 milhões e 900 mil. Não havia nenhuma previsão disso orçado em 2017; estava zero para a previsão de 2017. O governo atual incluiu 30 milhões na previsão, e está zero para 2018. Então seria muito importante que o senhor pudesse nos dar uma explicação com relação à Fonte 05. Se incluiu, esse ano, 30, por que ano que vem é zero? E se a gente não tem nenhuma expectativa de poder ter, da Fonte 05, algo para investimento na área da educação.

Sobre as demais questões, Daniel, eu fiquei muito satisfeito pelas colocações feitas aqui pelos Vereadores Fábio Riva, Toninho e Claudio Fonseca, acho que contempla as minhas dúvidas, mas não posso deixar de registrar aqui, mais uma vez, e passar às suas mãos um documento da minha preocupação com relação ao detalhamento do orçamento. Eu vou estar te entregando um e-mail que enviamos para a Secretaria pedindo o detalhamento e a resposta

é de que: “Saliento que a entrega eletrônica do orçamento pela Secretaria da Educação se deu com utilização dos detalhamentos de ações suprarregionais e com a regionalização necessária em termos de CEP”. Então depois a gente vai saber onde vai estar cada creche, onde vai estar cada EMEI, onde vai estar cada CEU, onde vai estar cada equipamento da área da educação. Então é importante a gente pode aqui se esforçar um pouco mais, a gente está aqui à disposição, Daniel, eu não viajo, chegou cedo, saio tarde daqui, falei com o Jorge Damião, ele me explicou que talvez eu tenha mandado muito tarde, mas é muito importante que a gente possa fazer um orçamento, como bem falou o Vereador Claudio Fonseca, num nível de detalhamento melhor, porque é uma resposta para a sociedade. Ele vai saber: “Eu vou ter uma creche aqui”, ou “não vou ter, vou ter em 18”, “eu vou ter a creche, ou a EMEI, ou a EMEF nesse bairro e não no meu porque nesse bairro tem uma densidade populacional maior”.

A gente não tem problema nenhum, pelo que percebo no meu quinto ano como Vereador, de falar com a sociedade com transparência, ela entende. Mas era muito importante a gente dar esse nível de detalhamento. Acho que vai contribuir muito com essa relação governo e sociedade.

E por fim, com relação a algumas situações, se você pudesse nos falar. A gente tem muitos casos de equipamentos que estão como obras paralisadas, muitos casos. Você tem várias EMEFs, EMEIs que estão paradas há anos, CEUs. Então, qual é a nossa expectativa de 18, ou lembrando que também estamos na audiência pública do PPA, de 18-21 a gente poder ter essas obras retomadas, a gente poder ter uma previsibilidade do que será feito na área da educação.

Era isso. O Vereador Claudio Fonseca já falou muito bem com relação a essa questão do funcionalismo, é a pessoa mais adequada aqui na Casa. E para concluir, uma questão também muito importante, que não é só da área da educação, mas da área da assistência, do que foi decidido no dissídio das conveniadas. Os 2,8% foi colocado aqui por várias pessoas que participaram da audiência pública e existe um desespero total porque a

Prefeitura não dá uma resposta com relação a colocar isso no orçamento para que seja repassado os 2,8% do dissídio. Já é uma dificuldade muito grande, respeito em absoluto a defesa que faz os Vereadores Toninho Vespoli e Claudio Fonseca com relação às diretas, o Vereador Jair não sei muito, o nosso amigo Vereador que iniciou agora o mandato nesse ano, Fábio Riva em relação à indireta, que já tem essa questão de que o custo da criança na indireta é de cinco mil reais por ano e na direta é de quinze mil reais por ano. A gente tem mais de cem mil crianças na fila, é preciso ter uma visão com relação a isso. Eu fico muito tranquilo porque numa certa oportunidade que eu fui relator da LDO eu tinha colocado um dispositivo que o funcionalismo poderia ter a sua correção salarial pelo menos atrelada à receita corrente líquida. Eu fiz um estudo bem detalhado junto à nossa Comissão de Finanças, junto ao Vereador Jair Tatto, que a gente poderia dar ao funcionalismo público uma tranquilidade que aumentando a receita corrente líquida, e vem aumentando gradativamente ano a ano, você poderia acompanhar esse crescimento com relação às despesas de funcionalismo e encargos, acompanhando a receita corrente líquida. A gente fez um estudo de que isso daria aumento, fizemos audiência pública enorme aqui, no ano passado acho, com o funcionalismo. Então a gente tem essa defesa. E é importante a gente pode hoje, se possível, Daniel, dar uma resposta para as pessoas com relação ao dissídio dos funcionários deles, que já ganham muito menos que os das diretas. É uma dificuldade enorme, as creches tem que ficar fazendo bingo, rifa, uma série de situações para poder complementar a sua receita. É uma situação bastante difícil.

Basicamente era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Secretário Jorge Damião.

O SR. JORGE DAMIÃO – Eu vou tentar fazer uma resposta rápida aqui, só começando pelo Vereador Ricardo Nunes. Realmente nós recebemos essa solicitação no dia 30, imediatamente no dia 31, às 0h35 minutos nós já encaminhamos para a nossa assessoria e foi, por coincidência, véspera de feriado, então seguramente entre hoje e amanhã seguramente

o senhor já deve estar recebendo isso, sem problema nenhum.

Eu queria começar aqui pelo Parque do Chuvisco. Cadê o Ricardo? Saiu. Eu queria poder responder. Eu acho que você tem total razão, nós já nos falamos sobre essa questão do skate lá no Parque do Chuvisco, nós estamos conversando também com o Vitor Aley, lá na SPObras, é do nosso interesse investir nessa questão do skate, principalmente do skate olímpico. Como nós tivemos na nossa última reunião, nós estamos trabalhando também a possibilidade de uma pista ali no Centro Olímpico, uma pista patrocinado pela Vans, nós estamos conversando. Quem sabe a gente não consegue aí fazer um remanejo e trabalhar essa questão do skate que achamos de extrema relevância na cidade de São Paulo. Agora ainda mais por essa questão olímpica. Então, especificamente nesse assunto acho que estamos bem alinhados e é nossa intenção dar prosseguimento a esse projeto do skate.

Sobre o Pirata, que fala sobre o Pacaembu, sobre a privatização do Pacaembu. É um processo que está correndo, já passou, inclusive, aqui pela Câmara. No começo eu falei sobre a questão do custo. O Pacaembu realmente dá prejuízo. Se você olhar a evolução histórica do estádio, ele está inclusive à disposição, te convido, se você puder ir à Secretaria, eu te passo todos os números, ele realmente hoje dá...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, nós aprovamos aqui a concessão. O senhor tem informação dos interessados, como está?

O SR. JORGE DAMIÃO – Olha, quem está cuidando disso especificamente é o Secretário Wilson Poit, já foram feitos vários processos. Agora, no dia 06 de dezembro, inicia-se uma nova etapa. Eu não tenho certeza se cinco ou seis grupos estão interessados. Então eu me comprometo a pegar todos esses dados e ainda hoje passar para que o senhor possa ter todas essas informações.

Então, só concluindo a relação do Pirata, essa questão do Pacaembu, isso já está vem evoluído. O Pacaembu realmente dá prejuízo. Sobre essa questão da periferia, que você levanta, que nós não conhecemos. Talvez você não me conheça, eu sou da periferia, sou da

Zona Norte, nasci no bairro da Vila Nova Cachoeirinha...

- Manifestações na galeria.

O SR. JORGE DAMIÃO – Eu acho que essa questão de semântica a gente também poderia discutir no momento certo. Enquanto a periferia, eu tenho por costume ir à periferia, eu sou a pessoa que mais fica fora dos gabinetes do que nos gabinete nos finais de semana. Inclusive eu estava conversando com o nosso Presidente, ontem eu visite um CDC no qual ele tem trabalho, ali atrás de Interlagos, o Santos Futebol Clube. Então existe sim essa política de valorização ao máximo possível dessa questão, até associada a uma outra pergunta que você fez referente ao lazer, Secretaria de Esportes e Lazer, nós temos essa preocupação, temos essa preocupação sim. Então queria até te convidar para que a gente pudesse ter uma conversa, te mostrar todos os números da Secretaria porque a intenção principal da Secretaria é dar respostas à sociedade e, se possível, juntos nós poderemos resolver os problemas, porque sozinhos nós não vamos resolver nenhum problema. Então essa é a nossa intenção. Está feito o convite. A grande maioria das pessoas que me procuram sabe que esse é o nosso modelo, é nós discutirmos pontualmente os problemas e buscarmos as soluções juntos.

Temos aqui, e eu queria falar, da Azul, do Gezivaldo. Eu acho que tem algumas questões que precisam ser ditas a verdade. Os Jogos da Cidade não terminaram. Você sabe disso, que os jogos não terminaram. Inclusive ontem, quem acompanha as finais, teve uma série de finais do futebol dentro do Pacaembu, inclusive ontem do sub-17 do Centro Olímpico Feminino foi campeão no Estádio do Pacaembu, dentro dos Jogos da Cidade e outras atividades.

O que aconteceu no começo do ano, que nós tínhamos tomado uma decisão de gestão, nós pegamos um orçamento que infelizmente não comportava todo o conjunto dos Jogos da Cidade. Para não terminar, que era a intenção, foi deixado justamente para que se terminasse, nós optamos em investir na segunda fase dos Jogos da Cidade. Estamos trabalhando no novo orçamento para que ele volte a ter, dentro da grade da Secretaria de

Esportes, a sua plenitude.

Você fala também sobre o Campo de Marte. Os campos do Campo de Marte não irão terminar. Quem viu a última apresentação que foi feita, vai ser criado um novo parque na cidade de São Paulo, ali ao lado da Brás Leme, fazendo fundo com o Anhembi, vai ser criado um novo parque ali, se não me engano vai ser o segundo maior parque da cidade de São Paulo, aonde os campos vão sim continuar. Inclusive nessa semana eu tenho uma reunião com os clubes que mandam seus jogos naquele espaço justamente para que a gente possa ir melhorando os campos que estão lá. Inclusive dentro do projeto existe a intenção, intenção não, a realização no projeto que foi apresentado, da melhoria dos campos.

Sobre o clube-escola, que você também levanta, o Gezivaldo. Acho que nós já falamos sobre isso, eu sou o criador do clube-escola. Em 2006, eu, quando Secretário Adjunto da Secretaria de Esportes, apresentei a proposta na época ao Secretário Walter Feldman e foi criado os clube-escolas. Durante três anos eu fiquei à frente desse projeto, depois eu sai e surpreendente na minha volta agora eu percebi que realmente acabaram com o clube-escola. Essa é a verdade, acabaram, porque você faz o clube-escola principalmente com intenção, com orientação e com o orçamento. O orçamento que nos foi deixado, na verdade, não foi deixado nada para o clube-escola. Inclusive tivemos várias reuniões com o Vereador Fábio Rivas que nos procurou com essa preocupação, principalmente do clube-escola e nós estamos trabalhando para retomar o clube-escola principalmente dentro das nossas 46 unidades. Eu acho que não tem discussão em relação a isso. Nós falamos de ter as nossas crianças num período complementar às suas aulas e o clube-escola tinha esse propósito. Inclusive foi um projeto que ganhou um prêmio internacional da Unesco. Hoje esse projeto é usado em muitos países da África como um projeto de inclusão social através do esporte. Também estou à disposição da associação Azul sobre essa questão do futebol de várzea, que é importante. Acho que o futebol de várzea hoje é uma realidade da nossa periferia, ele acontece. Ontem, lá no CDC Santos nós percebemos isso a partir das 8h, é jogo, jogo, jogo e passa a ser

associada à questão do lazer, que aqui o Pirata levanta em relação a isso.

O Vereador Fábio Riva traz aqui a questão orçamentária. Nós estamos trabalhando o máximo do possível para que a gente possa adequar as necessidades, que são grandes, dentro dessa questão orçamentária, nós estamos trabalhando para atender o melhor do possível. Essa resposta é para o outro Fábio.

Eu acho que a gente vai ter que ter uma conversa aqui e agora. Então essa questão do orçamento também. Você traz uma série de informações que talvez você não tenha a informação correta. Também eu acho que precisamos conversar porque às vezes se coloca alguns números e passa a ser realidade. Não é verdade. Eu acho que a verdade é o que realmente consta na peça orçamentária. Então eu queria sentar contigo, junto com a nossa equipe técnica, e mostrar a realidade. Sobre o Panathlon. O Panathlon, para quem conhece, é uma entidade extremamente séria que acontece aqui. Juntamente com eles também, lá em 2007, nós criamos dentro da Secretaria de Esportes o Bosque da Fama, onde homenageia todos os grandes nomes já mortos do esporte e só não saiu ainda essas duas emendas relacionadas a eles porque eles não estão conscientes. Segundo informação que eu recebi da minha assessoria, essa semana eles regularizam a sua documentação e automaticamente sai isso. Então, é mais, talvez, uma desinformação que acaba gerando uma informação que acaba sendo verdade se a gente não contestar. Então a questão do Panathlon é uma questão administrativa por parte deles. O Fundo Municipal. O Fundo Municipal, eu não entendi se você estava falando sobre o Fundo ou sobre a Lei Municipal de Esportes. O Fundo. Nós estamos apresentando a proposta do clube modelo. Hoje, dentro desses 46 clubes que nós temos, quem conhece os clubes da Prefeitura sabe as dificuldades e o estado que estão esses clubes. Nós passamos os últimos seis meses trabalhando principalmente junto com a iniciativa privada, mais um exemplo trazido aqui pelo Vereador Fábio Riva, nós fizemos aproximadamente um mês atrás o Clube Lindo, onde a comunidade, juntamente com os empresários da região, passaram um dia revitalizando os clube, porque especificamente nesse clube, a primeira que

eu fui lá me chamou a atenção de eu ver árvores nascendo no asfalto. Era impressionante. Eu falei: precisamos tomar uma atitude. Então estamos trabalhando seriamente na revitalização desses 46 clubes, porque o mínimo que essa população merece é um espaço digno para recebê-los.

Nós temos alguns assuntos interessantes, por exemplo, as mulheres devem saber disso, era quase que impossível usar o banheiro feminino nos clubes. Isso é quase um atentado à integridade física das pessoas, passando pela questão de segurança que nós estamos resolvendo com a implantação de câmeras eletrônicas de segurança. Então nós investimos boa parte do nosso orçamento e do nosso tempo nesses 46 clubes trabalhando essa questão.

O Centro Olímpico. O Centro Olímpico também, você traz essa questão do Centro Olímpico, eu digo que tenho uma paixão específica sobre o Centro Olímpico. Nós pegamos o Centro Olímpico, revitalizamos o Centro Olímpico, em sete meses o Centro Olímpico hoje é um dos clubes que mais ganha medalhas em São Paulo. Eu vou passar algumas poucas informações para vocês.

Por exemplo, o nosso futebol feminino, sub-12, há 30-25 dias, foi campeão mundial, representando o Brasil em Nova York. Isso é um trabalho do Centro Olímpico. Fora isso, medalhas no judô. No boxe, ganhamos todas as medalhas. Então o Centro Olímpico, hoje, tem um pequeno investimento, e estamos trabalhando para aumentar esse projeto, principalmente com parcerias com outros grandes clubes. Para quem não sabe, o Centro Olímpico não é de alto rendimento, hoje é médio rendimento. Então chega um momento em que o atleta atinge uma idade e ele não tem para onde ir, porque temos um projeto de atendimento de médio. E o Centro Olímpico, hoje, tem sido um exemplo. Fechamos uma parceria, por exemplo, com o São Paulo Futebol Clube, que não tinha um time feminino. Empréstamos para eles o nosso sub-15, que disputou o sub-17 e foi campeão estadual. Na natação, também temos grandes medalhas. Então o Centro Olímpico passa a ser o orgulho da cidade de São Paulo em relação aos

resultados que vem dando.

Sobre as reformas, só para concluir a resposta do Fábio.

Nós estamos fazendo as reformas, Fábio. Dentro do possível, estamos investindo o máximo do possível do nosso tempo, das nossas intenções e do nosso orçamento para recuperar. Optamos por investir em reformas, às vezes, pontuais, que não aparecem. Hoje, todas as piscinas dos nossos clubes estão em funcionamento. Nós pegamos pouco número de piscinas funcionando. Eu não tenho por costume, e vocês não vão me ouvir jogando energia em administração anterior, porque a mesma energia que eu gasto falando sobre isso é o que vai me faltar ali na frente para concluir alguns trabalhos. Então trabalhamos na questão das piscinas. Aliás, o Vereador me trouxe há poucos dias um problema de infecção numa piscina. Imediatamente, fizemos um levantamento. O problema era numa bomba; os produtos que colocavam não estava sendo bem depurados. Então é assim que tentamos trabalhar.

As demandas chegam, e nós respondemos imediatamente. Gostaríamos de ter o máximo possível de dinheiro, ou orçamento, para resolver todos os problemas, mas repito mais uma vez: é necessária a participação da sociedade, do Poder Público e desse novo modelo da iniciativa privada. Está provado que a iniciativa privada pode e deve ajudar. Temos um exemplo muito claro que aconteceu nos últimos 40 dias.

São Paulo lança a primeira escola pública de esgrima, que é também um esporte olímpico. Fizemos uma parceria com três clubes que é impressionante. E até eu brinco. A Hebraica não investe em nada fora da Hebraica. Então fechamos com a Hebraica, com o Pinheiros e com o Paulistano, que, hoje, bancam os professores, os equipamentos e todo o processo teórico. E nós entramos com o equipamento, a segurança e a limpeza do espaço. Então hoje temos duas grandes turmas de 45 alunos cada uma.

O Vereador Toninho traz também dois assuntos.

Sobre a questão do nosso orçamento, eu só queria dizer a ele que, referente aos 71 milhões que ele levanta, 56 milhões é gasto com a nossa folha. Então nós temos uma

questão de folha muito séria que temos de cumprir. Tem a manutenção dos 46 clubes. Tem também toda a questão do Pacaembu, que está relacionada ao orçamento do gabinete.

O Vereador também traz a questão dosicineiros, algo com que concordamos. Eu acho que é extremamente importante essa questão dosicineiros, como também é importante os convênios que hoje se discute. Tivemos, pontualmente, dois problemas com os convênios, e estamos trabalhando para resolver o mais rápido possível essa questão dos convênios, mas não distante de trazer a discussão da contratação de professores para que eles assumam realmente essa questão da educação pontual. Então hoje temos convênios para aulas. Quase 70% dos convênios que herdamos são voltados à temáticas de luta. Não tem hoje vôlei, *handball*, natação. Tirando o Pacaembu, que tem uma grande piscina, não tem professores e aulas para a natação. Então eu concordo com o Vereador, e vamos levar essa consideração, juntamente com a nossa equipe, e vamos tentar ver o mais rápido possível.

Questão do skate na Faria Lima: acho que eu conheço vagamente esse assunto. Eu tentei falar com o prefeito regional de Pinheiros, o Paulo Matias, não consegui. Mas eu acredito que possa ser um terreno. Aliás, era um terreno particular que era usado ali próximo ao Largo da Batata. Eles usavam esse espaço para a prática de skate. Eu tenho dúvida, eu não sei se o pessoal do Chuvisco tem essa informação sobre se é realmente aquele terreno que ficava ali muito próximo. Uma viela. Aquele terreno, se não me engano, é particular, e o proprietário requisitou. Eu não tenho certeza, mas eu estou levando essa dúvida, e eu trago para o nosso presidente, ainda hoje, se possível, essa resposta. Mas, se for possível retomar, nós vamos retomar. Como nós estamos, inclusive, juntamente com as prefeituras regionais criando novos espaços. Por exemplo, fechamos uma parceria com o Banco do Brasil pela qual vamos abrir quadras de basquete 3x3. Acreditamos que o basquete pode ajudar, principalmente na questão da inclusão e da segurança. Nós estamos trabalhando embaixo de viadutos espaços esportivos onde possa ser feito.

Queria trazer também uma discussão, que talvez depois o Daniel possa completar:

o famoso CDC do Tatuapé, que foi fechado para que fosse feito um CEU, que era um clube, na verdade, na Secretaria de Esportes. Nós, a semana passada, estivemos lá, assumimos o compromisso junto com o Secretário Alexandre Schneider de retomar a parte esportiva enquanto não se conclui esse CDC. Então os dois campos de futebol serão retomadas – acho que é o Sampaio Correia que joga lá. Estamos fazendo, nos próximos 20 dias, uma nova quadra poliesportiva, porque o ginásio foi destruído. Estamos fazendo uma pista de caminhada desse espaço para que a comunidade, a população, possa retomar esse espaço enquanto não se conclui o outro.

Encerrando, o Vereador Fabio Riva traz a questão do clube-escola, que eu acho que eu já respondi; e a questão dos professores. Então estamos solicitamos à gestão para que possa haver novos concursos para professores. Quem conhece a Secretaria de Esportes sabe que há muitos e muitos anos nós não temos um concurso público para professores. E cada professor, em uma unidade, pode cuidar de três a cinco esportes; diferentemente dos convênios, em que, às vezes, o conveniado vai, única e exclusivamente, para aquela aula. E estamos, sim, apertando, fazendo auditorias desses convênios, indo ao local para verificar se, realmente, quando são contratadas 100 aulas, se estão tendo 100 aulas.

Então, Presidente, eu acho que eu fiz um resumo das respostas. E me coloco à disposição, na Secretaria, assim como toda a nossa assessoria toda. Quem quiser comentar, estamos à disposições.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Jorge.

Eu combinei com o Secretário, o Daniel, o Secretário-Adjunto, de ouvir mais umas dez intervenções, devido ao fato de que eu disse de que era às 15h, mas o horário previsto é às 14h, não há problema de exaurir um pouco. Mas às 15h temos outra aqui.

Tem a palavra a Sheila.

A SRA. LUANA – Bom dia, senhoras e senhores. Eu sou mãe de uma criança de um ano e oito meses que está numa CEI conveniada aqui na Cidade. Esta CEI, como outras

CEIs indiretas, vão perder os infantis 1 e 2 em período integral, e a justificativa é o Fudeb.

Realmente, de 2013, foi prorrogado para 2016 o repasse. E realmente, ano que vem, talvez não tenha mais. O Secretário pode me corrigir.

Acontece que essa justificativa a gente não consegue entender muito bem, porque essas crianças, perdendo o ensino integral, a gente não sabe qual vai ser a alternativa para o contra-turno. Esses pais e mães não foram avisados, foram comunicados, em setembro, de que, em janeiro, não haverá mais essas turmas, e que essas crianças vão ser repassadas para EMEIs em período com um turno só, de maneira compulsória, sem escolha. Então a mãe não vai poder escolher em qual unidade o seu filho vai estar. Isso é um caso um pouco complicado para a gente, porque todas trabalham, e os pais também, e a gente não sabe o que fazer, porque é muito pouco tempo para a gente se organizar, não tem planejamento.

Uma coisa que a gente pontuou é que as CEIs em tempo integral, de 0 a 3 anos, garante já os dois turnos e o desenvolvimento completo da criança. No fundamental, seja integral ou por CCAs, você consegue garantir o mínimo de qualidade e educação para essas crianças. Mas a lei tem uma lacuna: para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses. O que a Prefeitura oferece para essas famílias? De que forma a Prefeitura vê essa ação ou falta de ação? A gente precisa também conversar sobre isso.

Especificamente sobre o orçamento: quanto é destinado à pré-escola. Porque o chapéu de educação infantil é muito grande. Foi falado sobre prioridades da demanda de educação infantil de 0 a 3. E a pré-escola, o que vai ser feito? O que vai ser feito com essas famílias que estão sendo tiradas, agora, de setembro para janeiro? A gente não sabe o que fazer. Tem chefe perguntando: “E aí, posso contar com você em janeiro?” Como vai ser? E o financiamento? Como essas famílias vão se reestruturar financeiramente? Porque essas mães também têm que conseguir suprir coisas que são dela, dever dela também, como garantir vestuário, alimentação, coisas de qualidade para os seus filhos. Não é só escola. A mãe também tem um dever. Como essa mãe vai conseguir garantir esse dever? Qual é a ação da

Prefeitura par esse contra-turno? O que vai ser feito?

O SR. RICARDO NUNES – Luana, você está falando, e talvez eu não tenha entendido direito.

O seu filho está numa creche em período integral, e estão falando que vai terminar o período integral?

A SRA. LUANA – Isso, dos infantis, vai acabar com o infantil na CEI indireta, que vai ser passado para a EMEI.

O SR. RICARDO NUNES – Ah, vai para passar para EMEI.

P- Tem a palavra a Scheila Mendes, do Sedin.

A SRA. SHEILA MENDES – Boa tarde, meu nome é Scheila. Eu sou PEIF e sou diretora no Sedin, o Sindicato dos Educadores da Infância.

Primeiro, lembrar que a educação infantil, o acesso e a prioridade é para a criança, e não para a mães que trabalham. Eu acho que é importante a gente deixar muito claro isso. A nossa preocupação é a acessibilidade à criança, principalmente com qualidade.

O Secretário Daniel colocou as prioridades aqui: ampliação dos CEIs, com a meta para 85 mil crianças matriculadas. Todos conveniados? Essa é a pergunta que fica.

O pedagógico, a estruturação do currículo de nove anos e materiais. E para a educação infantil? Algo pensado?

Conservação e manutenção dos prédios. Também os prédios da educação infantil?

Internet em todas as escolas. Oh. No CEI também podemos utilizar a internet. Teremos? E nas EMEIs?

Pessoal, 58%, 6 bilhões. Previsão para concurso público?

O Sedin liderou um movimento em Brasília para que os CEIs entrassem no Fundeb, e aí eu gostaria de um esclarecimento do Secretário sobre falas que foram feitas em um CEI, de um Vereador aqui presente, que o CEI não está no Fundeb. Estranho um Vereador ter essa fala.

Bom, tem previsão nesse orçamento? Como temos visto ameaças do Prefeito de parcelamento do pagamento dos servidores?

Em relação ao terceiro turno, que o Eduardo colocou, e aí nós ouvimos algumas manifestações que terceiro turno não é isso: como não é isso? Se o PL propõe 40 horas/aulas de trabalho semanal, no CEI só pode acontecer com o terceiro turno. Então se isso está previsto no orçamento.

E aí, se a gente está falando de cumprimento da lei federal, o professor em JBD na EMEI e na EMEF também não cumpre 1/3 da sua jornada de formação, e isso não consta no PL. Então não sei qual é exatamente o objetivo.

Está previsto no orçamento a transformação do quadro de apoio já aprovado por esta Casa? Também uma pergunta que eu deixo aqui.

Vamos, sim, lutar muito, e continuar defendendo a rede direta. Temos, sim, convênios e ilhas de excelência em relação aos convênios, mas temos também muitos convênios em cima de padarias, em cima de pizzarias. E enquanto servidor público, enquanto defensor da educação infantil, de uma educação infantil de qualidade, de excelência, nós não vamos aceitar nunca isso. E posso dar nomes e endereços desses CEIs. Está certo? Então ilhas de excelência existem, sim, temos que falar isso, mas não podemos generalizar. E vamos, sim, sempre defender a rede direta, pensando na nossa qualidade, na qualidade desse cidadão da faixa etária de 0 a 5 anos.

É isso. Obrigada.

O SR. RICARDO NUNES – É verdade, tem creche em cima de padaria mesmo, e a gente é contra isso.

O Secretário vai responder depois, mas só para uma coisa breve.

Tem recurso do Fundeb para creche, sim, com certeza tem, está na planilha de orçamento.

Tem a palavra a Sra. Célia Cordeiro da Costa, do Sinpeem.

A SRA. CECÍLIA CORDEIRO DA COSTA – Boa tarde a todos e todas, aos nobres Vereadores, colegas.

Queria falar um pouquinho para vocês sobre o congresso do Sinpeem, que se deu agora no final de outubro. A gente participou do congresso com 3700 educadores, mais de 1400 escolas presentes. Dos 352 CEIs, quase 300 estavam representados lá. Então é um espaço plural, no qual a gente decidiu algumas coisas, algumas reivindicações contidas aqui no nosso texto-referência.

Quais são as reivindicações?

Cumprir a lei federal, 11.738, que diz que tem que ter o mínimo de 1/3 de horas/atividade para o professor poder fazer a sua formação, poder fazer correção, poder planejar melhor. A gente fala de qualidade para o ensino.

Decidimos também GEIF para todos que por ele optarem, mesmo sem regência.

Decidimos “não” às terceirizações.

Nesse quadro que se apresenta, com essas indicações que decidimos no congresso, o PL 68 do prof. Claudio Fonseca atende boa parte delas, e o que não atende no PL 68, atende no PL 698, que também é de autoria dele. Temos a GEIF para todos que por ele optarem, mesmo sem regência; temos a garantia de isonomia entre os professores de jornada, de condições de trabalho, já que o PEI tem uma jornada com criança muito maior do que o PEIF. A gente defende a isonomia, que eles tenham também jornada de formação garantida em 1/3. E para quem não optar, temos o PL 698 do Prof. Claudio Fonseca, que propõe que, na J30 e na JBD, também tenhamos 1/3 de jornada de formação para horas/atividades.

Estamos diante de um quadro bem estabelecido. A gente precisa da qualidade à educação. A dotação orçamentária, essas coisas, a gente tem que exigir dos governantes que se dote. Como o nobre Vereador aqui falou, 38% é gasto com a folha de pagamentos em São Paulo. Dá para expandir, pela lei federal, até 54%.

Esse é o quadro que a gente apresenta.

O PL 68 comporta todas as indicações para melhorar a qualidade da educação, do ensino no município, para que possamos dar uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para a classe trabalhadora.

E já que somos contra as terceirizações, como é que se aprovou essa lei que o Doria aprovou em tempo recorde, a Lei 16.710, por 52 Vereadores. Uma lei que, no seu art. 16, permite as parcerias com a iniciativa privada na educação infantil. Isso é um absurdo, é o cúmulo. Apenas dois Vereadores se posicionaram contra, o Claudio Fonseca um deles. Então que seja revista essa lei, que é uma vergonha para a educação. A gente não pode permanecer com um projeto, uma lei, que favorece a terceirização e vai contra a LDB.

Obrigada.

P – Tem a palavra o Sr. João Beti.

O SR. JOÃO BETI – Boa tarde, Srs. Vereadores. Mais uma vez, estamos aqui com o Presidente Jair Tatto, com o Relator e com os demais nobres Vereadores presentes, e os colegas sindicalistas, a população presente.

Vamos novamente falar sobre o orçamento.

O Secretário-Adjunto fez uma exposição de prioridades para o ano que vem. Só que, infelizmente, a lei orçamentária encaminhada para esta Casa não especifica nada dessas prioridades. E, olhando para 2018 pela lente de 2017, nós ficamos muito preocupados, porque o que nós vimos em 2017 foi uma ação cruel do Prefeito Doria, onde a ação dele na educação foi de um verdadeiro mãos de tesoura. Cortou merenda, cortou transporte escolar, cortou transporte de deficientes, cortou ônibus para excursões, cortou reformas, cortou aluguéis, cortou estagiários, cortou PTRF. E agora manda uma lei orçamentária que sequer contempla as incorporações previstas em lei para a categoria.

Uma administração que não chama os concursado. Temos aí supervisores, diretores e uma série de concursos de outras secretarias aguardando chamadas, e não são chamados. Temos uma secretaria que não confirma a prorrogação de prazos de concursos

realizados, deixando as pessoas numa situação de insegurança e deixando em dúvida o administrador. Ou seja, você faz um concurso, tem gastos, e depois você joga esse concurso fora, sendo que a própria lei determina que você faça outro logo em seguida? Que raio de administrador é esse?

Você vê o Secretário de Gestão se negando a apresentar o cronograma de chamada de concursos e chantageando os servidores, dizendo que só vai apresentar esse cronograma depois que for aprovada uma reforma da previdência que querem fazer no município. Isso se chama chantagem. Nem em Brasília sequer foi aprovada uma reforma da previdência, e querem enfiar goela abaixo dos servidores uma reforma que não foi discutida com os servidores, e que sequer foi discutida com os servidores do IPREM.

Essa ameaça do Secretário Claudio, de acabar com os reajustes dos pisos do magistério, é uma afronta à lei, e demonstra o desconhecimento de que a educação tem verba carimbada, e, portanto, é uma mentira dizer para os servidores que, para acabar com a política do 0,01, tem que acabar com os reajustes do piso do magistério. Isso é uma mentira.

Fazer terrorismo no Diário Oficial, dizendo que a partir de 2019, não consegue pagar os salários, equivale a equiparar a cidade de São Paulo àquelas onde, além da forma de pagamento ser o dobro da nossa, ainda se juntou, na administração pública, corrupção e incompetência. Será que esse governo está assinando que os estudos deles mostram uma competência tal que, em dois anos, eles vão falir essa cidade e não vão conseguir pagar os salários? Essa é a administração que nós temos? Não dá para aceitar um orçamento nesses termos. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Carolina Zambuzi, mãe de aluno.

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI – Olá, boa tarde. Deixa eu só abrir as minhas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fale mais próximo do microfone.

A SRA. CAROLINA ZAMBUZI TILELI – Ah, obrigada. Boa tarde. Desculpe. Eu

tenho um filho de quatro anos que está numa CEI e o ano que vem indo para o EMEI. Então tenho algumas dúvidas. Já que foi falado sobre atividades físicas, esportes, por que não tem atividade física para o EMEI, nem o CEI, que poderia ser incluído o yoga, capoeira, brincadeiras esportivas etc. Por que os EMEIs são meio períodos? Por exemplo, os CEIs são quase todos períodos integrais, mas tem muitos EMEIs que são meio períodos. Por que acontece essa deficiência de meio período? O meu filho, para o EMEI que provavelmente ele vai, é de meio período e as mães já estão bem desesperadas. Vocês estão falando de novas matrículas, que estão querendo preencher as novas matrículas. Será que às custas de meio período nos EMEIs, nos CEIs? Essa é uma dúvida que eu tenho.

Como já falou a outra mãe, a outra Carolina que falou primeiro, por que acontece isso dos uniformes serem distribuídos, depois voltam e são distribuídos novamente. Esse custo de logística é ilógico para mim. Por que fazer as camisetas dos uniformes com detalhe escuro, azul, sendo que isso gera mais gasto, gera um gasto de água, na produção, enorme, já que tem toda questão do clima, do meio ambiente, gasta-se muito mais água para produzir esse detalhe e depois para lavagem, quem inventou esse uniforme não lava uniforme de filhos.

Por que o uniforme não é 100% algodão, se é 50% poliéster, 50% algodão, poliéster é horrível. Deveria ser para uma criança, principalmente, criança pequena, deveria ser 100% algodão. E por que o foco de vocês é sempre na construção, vamos construir mais, vamos construir mais e lá ponta a criança, em si, fica sem o dinheiro, fica sem todas as verbas. Parece que todo o foco de vocês é na construção de novas escolas, mas o foco deveria ser a criança em si, que é a maior interessada.

São essas as minhas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Benê, Sinesp.

A SRA. BENÊ – Bom dia a todos os presentes, nobres Vereadores, colegas sindicalistas, interessante que surgiu uma questão que o Sinesp fez uma parte muito ativa em todo o desenvolvimento. A questão do Plano Municipal de Educação foi discutido com toda a

comunidade a partir de 2008 e foi aprovado, na ocasião, que educação infantil ficaria com a rede direta. Mas o que aconteceu? Aconteceu que o Governo fez uma opção e claramente modificou o que foi aprovado, colocando no Plano Municipal de Educação a possibilidade de terceirizar também educação infantil. Qual é o quadro hoje no município de São Paulo? Hoje nós temos mais de 1.600 unidades entre conveniadas e indiretas contra 300 diretas. Isso tem um desequilíbrio imenso para a nossa previdência no município de São Paulo. Só pode pertencer à previdência quem é titular de cargo. Então cada vez vai diminuindo, vai ponde em risco a nossa previdência no município de São Paulo.

E uma coisa que surgiu aqui, uma colega que me antecedeu aqui, acho que foi a Sheila, ela lembrou que existe unidades conveniadas de excelente qualidade, mas também tem as outras que a gente sabe que existe e nós, na educação, nós temos um profissional que é o único da educação que deve supervisionar as unidades conveniadas, diretas, indiretas, todas, todas no município de São Paulo, estou falando do supervisor escolar. Essa Casa aprovo a criação de 96 cargos de supervisor. A gente exige agora que o Governo, ao fazer o planejamento para 2018, que agilize a chamada desses supervisores. Uma colega, falaram aí, quando se falou da má qualidade, falou em problema de fiscalização. Não estamos querendo fiscalização; coordenação, supervisão e quem tem que fazer esse trabalho são os supervisores da rede municipal de ensino. Então essa urgência da chamada de concurso, o meu colega que me antecedeu, João, falou muito bem disso, nós precisamos que isso seja uma prática do Governo que está nessa gestão.

E uma outra coisa que eu quero chamar a atenção, que o Vereador Claudio Fonseca também lembrou, que é a questão do monitoramento do Plano Municipal de Educação. A única meta do plano que foi trabalhada este ano pelo Governo foi o atendimento da educação infantil através de convênios, que o plano permite e isso foi posto em prática. Uma continuidade de governos anteriores, isso começou lá atrás, passou por todos os governos, porque é conveniente para o governo manter esse tipo de coisa. Mas e o resto?

Cadê as outras metas? Cadê a formação dos educadores, cadê a valorização. E uma coisa muito importante do plano que não foi lembrado até agora é a questão da educação inclusiva. Nós não tivemos nenhuma alteração neste quesito, nesta meta nessa gestão.

Concluindo, uma coisa que eu fiquei muito em dúvida, o Daniel falou de uma dotação para uma manutenção de clube-escola, está na Lei 15.963, e o Secretário falou e também uma pessoa da comunidade afirmou que não existe mais o clube-escola. Então cadê o dinheiro? Foi feita uma dotação para este ano, não foi usado, cadê o dinheiro. Foi dito, a lei diz que tem que ter um recurso da educação inclusiva para manutenção do clube escola.

Agora uma outra coisa que eu vou aproveitar a presença do Secretário Adjunto, é uma outra curiosidade, se me permite, é com relação ao dinheiro que a educação usou para compra do cinema que seria transformado em Secretaria de Educação. Isso parece que não existe mais. Então queria saber se houve a recuperação desse capital.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves, do Cedip.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde a todas e a todos, na figura do companheiro Jair Tatto eu cumprimento todas as pessoas da Mesa.

É uma reunião sobre orçamento da educação, mas é claro que aqui veio temas que não tem como rapidamente eu me posicionar. Primeiramente eu queria dizer que a cidade mais rica do país não pode ter crianças de primeira, segunda, terceira, quarta categoria tratadas e por vezes formas de gestão e preferências de atendimento demonstra e deixa isso claro. Quando nós falamos sobre isso nós não estamos fazendo o jogo que interessa ao Governo de dividir trabalhadores de conveniadas e diretas. Não é isso que defendemos. O que nós questionamos é o seguinte: toda vez os defensores do atendimento, da preferência do atendimento pela rede conveniada diz o seguinte: a rede direta custa um terço mais cara, mas ela não diz que os trabalhadores, valorosos trabalhadores da rede conveniada ganham menos, trabalham mais, não tem direitos e aí é claro que custa mais barato. Sem contar as condições

que esses trabalhadores são expostos. No dia 15 de outubro eu fiz um artigo que está no Ministério Público, inclusive, denunciando que na cidade de São Paulo a gente está na iminência de tragédias anunciadas pior do que aconteceu em Arauna. Quando a gente fala e o Vereador defensor dos convênios, Vereador Ricardo Nunes que diz, que é verdade sim, que tem CEI conveniada atendendo 120 crianças, na zona Norte, que o senhor atua, em cima de fornos de padaria, numa escada íngreme, seis funcionários atendendo 120 crianças. E aí é tratada com indiferença. A gente não pode admitir isso. Então não vamos entrar no que interessa ao Governo, dividir trabalhador da conveniada e da direta. A gente quer defender a qualidade da educação infantil para as nossas crianças. Nós não admitimos os funcionários ter que ter jornada diferenciada com criança, com piso equivalente ao seu sustento, formação. E aí o Secretário Daniel fala que no orçamento do ano que vem vai se priorizar a formação. Uma formação tão importante que a gente não vê retratada, por exemplo, Vereador Ricardo, no orçamento, a gente vê uma diminuição quando a gente vê a diferença das redes. Tem que ter formação, quando se fala em currículo, se a criança é a mesma, o mesmo currículo trabalhado na rede direta tem que ser na rede conveniada. Aí tem que ter formação para todo mundo. Porque, se não, é muito simplista dizer que é opção pelo aumento do atendimento é pela conveniada que custa três vezes menos e aí estamos falando de crianças que precisam da cidadania. Então não custa mais caro, tem que ter investimento. Um governo responsável tem que investir na educação e garantir ela da mesma qualidade para todas as crianças da nossa cidade.

Agora eu quero entrar especificamente, rapidamente, na questão do orçamento. O Daniel apresentou aqui um número, que 91% do orçamento para obras será para construir CEIs direto, para atender a demanda de 85mil crianças. Na outra audiência pública, na semana passada, tanto a Secretaria de Gestão, quanto o Secretário de Desestatização disse que desconhece qualquer lei aprovada aqui nessa Casa, como foi dito aqui que 52 Vereadores votaram pela privatização da educação infantil, inclusive CEI, que desconhecem qualquer lei

nesse sentido. Então quero repetir a pergunta que fiz ao Secretário Poit ao Daniel, se existe. E aí, desses 91% de recursos destinados para obra, para construção de CEI para atender a demanda, tem uma pergunta que não quer calar, vai ser rede conveniada ou rede direta ou partes? Por que eu pergunto isso? Porque a própria fala do Doria, que essas privatizações, concessões, enfim, parcerias público-privada, é para investir na área de saúde, educação e serviço social. Então, se é, se esses recursos são para essas áreas, não pode ser para conveniada, porque aí é contraditório o que se faz.

E, por fim, queria uma informação, e aí é uma boa notícia, Presidente desta Comissão, cheia das boas que foram anunciadas aqui. O Bando Safra, acho que todos os senhores acompanharam na semana passada, que o Banco Safra devolveu, oriundo do desvio de verba pública do Governo Maluf, dez bilhões de reais para a Prefeitura de São Paulo. Olha que boa notícia. Dez milhões de dólares, desculpe, para a Prefeitura de São Paulo. E, segundo, os membros do Governo que deram entrevistas, esses recursos serão para construir CEIs, que me recuso a falar creche, pegando uma estimativa dos custos, que eu acho que é uma informação importante que não surgiu aqui e o público tem que saber, pegando uma estimativa dos custos dessas creches bonitas, esses CEIs bonitos, até com elevador, que eu acho que a forma de contratação tem muito a ver com essa preferência para o modelo de atendimento, vamos pensar que é três milhões, bonitinha para atender de 250 a 300 crianças, da quase 12. E na reunião do Plano de Orçamento para LDO o Secretário disse que tinha dez e na peça orçamentária não passa nenhuma para a rede direta e nem CEMEI. Então eu queria saber sobre esses valores, se consta da peça orçamentária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Roberto Henrique. É verdade, houve o declínio de uma inscrição. Vamos ser justos aqui. Já vou dizer qual foi o declínio. Vocês perguntam, eu vou responder e vamos atrasar mais ainda. A Joelia declinou e permitiu que a Claudete falasse mais tempo.

O Sr. Roberto Henrique não se apresentou. Vamos ao seguinte. Tem o Sr. Laerte Brasil, da comunidade São Paulo, Empreendedorismo da Cidade.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou da Com São Paulo Trabalho e Empreendedorismo e também da Uniglobal Trabalho e Cidade da Unesca.

As nossas organizações começam suas atividades agora, a partir do dia 20 de dezembro, adotando o 17 UDSs, e criando mais nove, começa a desenvolver 27 UDSs. Um dos UDSs desses é o UDS Desenvolvimento da Infância da Criança e Adolescente, que foi criado pelas nossas organizações.

Nessa grande visibilidade global, apresentei a construção (Ininteligível) dos CEUs na cidade de São Paulo. Os 96 CEUs que nós apresentamos, um em cada distrito, não são os CEUs que nós apresentamos, que seriam os CEUs que nós orientamos eram em prédios, com arena com capacidade para até 5.000 pessoas, inclusive pistas de atletismo. Mas as construídas, agora no momento, são as melhores escolas públicas da cidade de São Paulo.

Para encurtar o tempo, a minha pergunta para o Secretário de Esportes é que apresentei uma tese inovadora com o Caio Pompeu de Toledo, que era Secretário de Esportes, que foi a criação das ruas e praças de lazer na cidade de São Paulo, um projeto empregado com a Secretaria de Esportes e a iniciativa privada, onde fechariam as ruas e praças, e a comunidade teria o equipamento fornecido pela Secretaria de Esportes. Essa é uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE - E a outra é para o Secretário da Educação e também para o Secretário de Esportes. Apresentei a concessão, na cidade de São Paulo, de oito centros olímpicos internacionais, um deles foi em Santo Amaro, num terreno abandonado do Jorge (Ininteligível) que chega a 100 metros quadrados, há dois anos, para fazer o CEU e do centro internacional olímpico de Santo Amaro.

Eu queria saber dos Secretários tanto o de Esportes quanto o de Educação, se está constando no orçamento de 2018?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela palavra.

Tem a palavra a Professora Cida Peres.

A SRA. CIDA PERES – Boa tarde a todos.

Depois vai ter um monte de perguntas para ele e aí ele responde mais as minhas.

Eu queria colocar do orçamento, infelizmente, vou fazer só algumas perguntas, pelo adiantado da hora, não dá para questionar até a forma de apresentação que foi feita no início, que acho que o João já abordou super bem.

A primeira questão que vou fazer, porque o Daniel falou sobre a qualidade, educação integral, investimentos que precisam ser feitos.

Quando a gente fala em educação integral, eu não posso pensar só em expansão de horário de serviço. São várias ações que têm de ter para essas crianças, e também olhar para o ambiente em que elas vivem.

Falo isso porque a alínea que atendia o MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos -, sumiu o orçamento que estava previsto para isso. Nesta cidade há mais de 300 mil pessoas analfabetas, aí aparece a criação de uma rubrica em parcerias, mas que é a educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos não é a mesma coisa que alfabetização. Aí tem uma contradição grande, precisa ser explicada, inclusive para a gente saber se o EJA vai passar a ser conveniado, uma vez que estão se fechando salas de aula à noite, pela Cidade afora. Nós temos de ver como isso vai ficar.

A parte dos CEUs fala em educação integral, em melhorar a qualidade da educação, só que as ações de cultura, ações complementares da educação que são necessárias, como já foi colocado, de museus a feiras diversas, parques, sumiram. Essa atividade complementar também está zerada.

Os CEUs que são muito importantes na concepção de educação integral, porque os seus espaços são disponíveis para as escolas do entorno, tiveram diminuídos seus valores,

isso significa: quem vai manter os teatros, as quadras de esportes, as bibliotecas, a própria Uniceu? A Uniceu está caindo de 16 milhões para 6. Isso significa a redução de atendimento do curso universitário e até de formação dos nossos professores? São questões que precisam de respostas.

Quando falo que vou fazer a reorientação curricular e a base curricular nacional, preciso investir em capacitação. O recurso para capacitação está diminuindo em 40 e poucos por cento. Como que falo em orientação?

O próprio Secretário esteve na Comissão de Educação, há três semanas, falou muito que ia prever a capacitação da rede conveniada junto com a rede normal. Com esse corte nem a rede normal vai ter capacitação muito menos a conveniada.

Indo para a questão da rede conveniada - o Vereador Ricardo Nunes não está aqui -, realmente tem uma projeção de aumento do recurso em 200 milhões. Só que com 200 milhões não dá para dar o reajuste para os profissionais, não dá para reajustar aluguel e não dá para aumentar em número suficiente para cumprir o acordo que a Prefeitura fez com o Ministério Público de criar 85 mil vagas, sendo que, só neste ano, tinham de ser criadas quase 30 mil vagas, foram criadas 7 mil.

Qual é a projeção até o final do Governo para poder atender? A Claudete trouxe uma questão séria, a rede direta precisa crescer, a rede conveniada está crescendo, qual é a qualidade de manutenção dessas redes se o recurso não dá?

Essa é outra questão, porque o Secretário também se pronunciou por construir SEMEIs que está no Plano Municipal da Educação, não tem previsão de construção de SEMEI, está falando em construção de SEIs, isso leva uma questão séria: serão rede direta? Porque não tem projeção de chamar professores. Não é só o supervisor, o coordenador pedagógico está na lista de espera, supervisor, professor e todos eles precisam de capacitação. Se olhar no orçamento, nem a projeção vegetativa dá conta do valor que está lá.

Na questão das construções eu falei que EMEI tem 5 milhões. A gente tem cerca

de 30 obras paradas, o Secretário já reconheceu e a própria *Rede Globo* fez uma série de reportagens. Esses 30 equipamentos eram EMEIs, eles serão todos creches? O Secretário falou que na falta de vagas para o primeiro ano do ensino fundamental que não tem salas de aula. Não tenho previsão de construção de EMEF, como que vou dar conta disso? Vou ocupar prédio de EMEI, vou alugar? Como que vou atender esse crescimento da rede para o próximo ano, já que nós vamos ter problemas. Eu acho que a gente vê.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. CIDA PERES – Reforma e manutenção. O Daniel, na sua fala, disse que estava sendo pensado um grande plano de reforma e manutenção das escolas que há anos não acontece. Estão previstos 2 milhões de reais. Isso não dá para reformar uma escola. Há escola na zona Sul que a reforma está orçada em 4 milhões, porque há problemas de estrutura, são prédios velhos. O discurso é um e o orçamento retrata outra coisa. Não há recurso suficiente para um plano substantivo para reforma e manutenção das unidades.

Você falou bastante, falou, inclusive, inverdades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cida.

A SRA. CIDA PERES – Porque o seu Vereador poderia ter feito, pedido a votação nominal e não o fez. Então não use o discurso errado. (Palmas).

Eu acho que é isso.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Cida, você vai me citar sem eu ter possibilidade de falar?

A SRA. CIDA PERES – Ela está me agredindo.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Ela tem direito, assim como você tem. Ela tem direito de falar, falar, falar.

A SRA. CIDA PERES – Eu não a agredi depois que ela falou. Eu respeito.

- Falas simultâneas.

O SR. CLAUDIO FONSECA – A prerrogativa não é só sua, ela falou no tempo dela.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Claudio Fonseca, me permite?

A SRA. CIDA PERES – Ela falou muito mais tempo.

Eu encerro as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu estou muito atento aqui. Estou fazendo observação que não verifiquei a Cida Peres citá-la não. Ela não citou.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Se referiu a ela.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ela se referiu a ela primeiro.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vamos fazer o seguinte. Na minha prerrogativa de presidente vou permitir que passem alguns minutos, a alguém que foi Secretária de Educação desta Cidade e criou e implementou uma coisa chamada CEUs. (Palmas)

Eu tenho uma lógica...

O SR. CLAUDIO FONSECA – Desculpe, Presidente, regra é regra. Desculpe. (Ininteligível)

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Claudio Fonseca, o senhor me permite que aqui coordeno eu, primeiro ponto. Segunda coisa, eu tenho adotado em todas as audiências públicas que representantes de entidades aqui, todos, sem exceção, usaram certo tempo a mais. O nobre Relator aqui é testemunha disso. Então, eu queria que permitisse esse critério.

Repito, você não foi citada pela oradora, não. Em momento algum.

Tem a palavra a Sra. Carmem Ferreira. Em seguida, D. Socorro.

A SRA. CARMEM FERREIRA – Boa tarde a todos. Ainda bem, pensei que não fosse chegar a minha vez. Vou começar falando sobre a demanda, até para ir mais rápido, depois eu faço algumas colocações.

Há 10 anos a Secretaria de Educação nos procurou na comunidade, para levantar as demandas existentes nos CEIs, na comunidade e no entorno. Fizemos todo esse trabalho a toque de caixa e estamos, nesses 10 anos, esperando o retorno da demanda que existe, que é a construção de uma CEI em terreno localizado na Avenida João Caiaffa, no Bairro Jardim Taboão, no Distrito da Vila Sônia, Prefeitura Regional do Butantã. Essa CEI ficaria ao lado da EMEI Antonio Carlos Pacheco da Silva.

Já existe um TID, depois vou dar uma cópia do ofício para o Secretário, porque já foi feita a vistoria e há interesse em construir a CEI. Há uma área municipal que foi ocupada por uma empresa, e está em processo de desapropriação pela Secretaria de Habitação. Nós solicitamos que essa demanda seja colocada na dotação orçamentária, de 2018, que não dá para ficar esperando mais 10 anos.

Da mesma forma, a verba para reparos na EMEF Alípio Correia Neto, localizada ao lado da EMEI, porque os muros, um ao lado da rede da Eletropaulo e outro que está atrás, estão com avarias, colocando as crianças e adolescentes em situação de risco. Fica uma fala entre a Secretaria da Habitação e da Educação, que é uma comunidade que está num projeto de urbanização, até o momento, isso se faz há mais de quatro meses e o problema não foi resolvido.

A escola está invadida, há elementos colocando as crianças em situação de risco.

Finalizando, queria dizer que a Claudete falou sobre a verba que estaria entrando para Educação, do Banco Safra, e eu queria questionar outra coisa: no final de julho, parece que foi feito um convênio entre o Estado e a Prefeitura para que a Prefeitura recebesse 45 milhões, para construção de CEIs. Eu gostaria de saber se esses 45 milhões estão dentro do orçamento total da Secretaria da Educação.

Acho que a verba, o orçamento tem de ser detalhado, porque fica muito vago para as comunidades e para as escolas, a gente não tem noção para onde serão remanejadas essas verbas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. CARMEM FERREIRA – Eu coloco isso para saber exatamente onde será investida essa verba e quais áreas que têm proposta, porque já foram avaliados 18 CEIs, sendo 11 prédios e unidades escolares com espaços ociosos que foram identificados. Então quais são esses espaços e se isso estará sendo disponibilizado para a população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Socorro.

Em seguida, o Sr. Fabio.

A SRA. SOCORRO – Boa tarde à mesa, boa tarde a todos.

Boa tarde, gente! Coisa feia.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde, a senhora é bem-vinda.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Eu, 76 anos, cansada, corri prá caramba para não perder esta audiência, porque vou falar duas coisinhas.

O CEU Azul da Cor do Mar e a minha periferia, o Conjunto Habitacional Água de Haia que nada tem. Tem sim: lixão, ratos e Cracolândia. Sou a Maria do Socorro, conhecida por D. Socorro, sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, sou da Saúde, entra Governo, sai Governo e a periferia continua a mesma.

Falaram aqui zona Norte, zona Sul, e zona Leste e Itaquera, ninguém fala? Tem um Vereador que nem aqui está, ele é de Itaquera. Antes nós não tínhamos ninguém. E agora? Quero saber o que vocês vão fazer em respeito ao esporte, cultura, educação, porque o CEU está lá marcado e abandonado; certo? Está aos pedaços, certo? Temos, sim, morro, favela, ocupação em massa e tudo o mais que vocês pensem. Srs. Vereadores, não vão lá só na hora de resolverem voto, não, acharem que somos curral eleitoral! Vocês têm que prestar bastante atenção, porque eu não morri ainda, estou viva e quero uma resposta sobre o que vocês vão fazer no CEU Azul Cor do Mar e no CEU São Pedro.

O Prefeito local, até hoje não fui atendida por ele. Conversa comigo na frente de todo mundo. E por que isso? É porque eu não tenho olhos azuis? Porque sou idosa? Sou briguenta? Sou sim. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Eduardo Merheje. Em seguida, Mônica Silva, Fábio. Encerradas as falas.

O SR. EDUARDO MERHEJE – Sou engenheiro civil, arquiteto, urbanista e membro da entidade Centro Democrático dos Engenheiros. Cumprimento todos os presentes. Após esse caloroso debate que presenciei, eu gostaria de reforçar a integração dessas atividades: educação, transporte, saneamento, esporte, que são as necessidades principais para que as coisas funcionem.

Vou direto ao assunto: as ciclovias que foram feitas na Cidade. Hoje não vejo nenhum dos ativistas aqui requisitando orçamento, que é muito pobre em relação à necessidade que existe de mobilidade na Cidade. Você tem a Seme totalmente fechada. Antes, o Bruno Caloi fez lá dentro uma ciclovia. De repente, a Seme ficou enciumada, não quis que o parque fosse municipal mais. Você tem ciclovias terminando a uma quadra da Seme, não chega nem ao parque das bicicletas. Então, a gente sente que são entidades que olham para dentro. Elas não olham para fora, não estão ajudando a mobilidade da Cidade.

A ciclofaixa de lazer, da qual fui um dos fomentados, hoje eu a considero um crime. Sabem por quê? Porque você monta uma estrutura em fim de semana e feriado nacional, e depois um pai que vê que é fácil andar de bicicleta com o filho na ciclofaixa, vai na segunda feira e é morto.

Não temos uma cultura de integração entre as áreas. Há necessidade disso. Aterraram 4 metros onde é a Secretaria de Esportes, a Seme; represaram. É a cultura de jogar para fora, jogar para o Distrito da Saúde e alagar o principal sistema viário da Cidade. É esse o órgão público que nós precisamos na Cidade – que, ao invés de nos proteger, nos coloca como reféns? O que é isso, gente! Eu quero que o Bradesco pegue realmente e comece a fazer

ciclovias entre os parques, para soltar esta Cidade. Ciclovia é educação. Ocupando o espaço público, afasta-se a violência.

Vocês têm que pensar nisso. Fica essa discussão de escolinha para cá e para lá, quando o urbanismo está jogado às traças, só colaborando com a marginalidade e a insegurança.

A Seme tem que aprender, o Tribunal de Contas tem que aprender a conviver com o entorno da Cidade. Não é só olhar para dentro e ganhar medalha, não; tem que olhar para fora e ver o que é necessário fazer para que a sociedade conviva em harmonia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Eduardo.

O SR. EDUARDO MERHEJE – Eu tinha mais a dizer, mas tudo bem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos com dificuldade de tempo. Mônica Silva. (Pausa) Não está. Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mais uma vez, boa tarde a todos. Perguntas muito tópicas diante do avançado da hora. Pergunta muito simples, Sr. Secretário – sub do sub -: quantas creches foram inauguradas de 1º de janeiro de 2017 até...

O SR. JORGE DAMIÃO DE ALMEIDA – Presidente, pela ordem. Olha, eu acho, com todo o respeito... Aqui merece-se respeito. Ele é Secretário Adjunto de Educação, ele merece respeito!

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário,... Secretário...

- Falas simultâneas.

O SR. JORGE DAMIÃO DE ALMEIDA – Nós estamos aqui usando do respeito...

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Tudo bem. Respeite a maioria.

O SR. JORGE DAMIÃO DE ALMEIDA – Educação não é ironia. Educação é coisa séria.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Então, cadê o Secretário Alexandre Schneider? Ele tem

que aparecer aqui.

O SR. JORGE DAMIÃO DE ALMEIDA – Aqui tem o Secretário devidamente constituído, um Secretário Adjunto. O mínimo que eu exijo como Secretário também é respeito por parte de quem faça a pergunta.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – O.k. Então, a minha pergunta é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Certamente. Fábio,... Fábio, eu faria uma observação aqui. É o seguinte: eu não vou retirar das notas taquigráficas absolutamente nada do que foi dito aqui. Porque, se eu retiro, significa que ele fica isento da responsabilidade dele.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Essa era a minha colocação. Muito bem colocado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Porque, senão, facilita a vida de todo mundo. Falou, retira, está tudo bem... O que você falar aqui, você é responsável.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Sim, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, não é o Subsecretário ...

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Vereador, a não ser que ele se retrate...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – (Falas simultâneas) Eu disse aqui que me entusiasma a presença do Secretário, uma vez que a maioria está sendo ausente. Então, os que vêm merecem ser aqui eu não diria glorificados, mas exaltados. Então, Fábio, se atenha ao tema.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Eu queria então retirar o termo “sub do sub”, foi uma ironia, mas mantenho minha indignação em relação à ausência do Secretário Alexandre Schneider. Também se a Casa achar que os termos anteriores foram fortes, também gostaria de retirar, caso essa Comissão ache que foram fortes.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: quantas creches diretas foram inauguradas de 1º de janeiro de 2017 até a presente data, 6 de novembro de 2017? Eu gostaria de saber os endereços, locais, distritos dessas creches.

Transporte escolar: a dotação está pela metade. Não à toa o Mova, o Vai e Volta, o TEG está com problema.

Também quero comentar em relação aos CEUs. A dotação aprovada em janeiro é de 231 milhões, e nada foi executado. Por que os CEUs estão sendo jogados às traças? Por que o Secretário Alexandre Schneider, que também foi Secretário na gestão Kassab, deixou os CEUs sem teatro na época, e até hoje não têm? Por que deixou CEU sem nome de biblioteca? Aproveitando que a ex-Secretária Cida Perez está presente: todos os CEUs da gestão Marta têm bibliotecas e teatros com nome. Por que os CEUs da gestão Kassab...? Só estou retomando esse assunto porque o Secretário atual era o Secretário daquela gestão, e ainda há jeito de consertar esse erro. Bibliotecas de alguns CEUs não têm nome, assim como teatros. É uma situação muito séria. Não à toa no primeiro ano, de volta, a dotação está zerada.

Em relação às EMEIs, a mesma coisa: 10 milhões, mas foram executados 22%. Será que EMEI não é importante para a cidade de São Paulo? Óbvio que é.

Em relação às creches, CEIs, melhor dizendo: dotação de 80 milhões, mas apenas 17,5% executados até 30 de setembro.

Quero também falar sobre o Projovem Urbano, uma lei federal. Esse programa, que é importantíssimo, não está sendo executado. De uma verba de 6 milhões e 200 mil, não se chegou a executar 2 milhões até 30 de setembro. Acho isso lamentável porque nem leis federais estão sendo executadas.

Quero também falar de um assunto que não foi tocado aqui, mas na audiência pública sobre cultura: o PIÁ Vocacional. É muito triste que um programa que existe há 10 anos, cujo orçamento aprovado de 4,5 milhões teve, executados nos 9 primeiros meses da gestão Doria-Schneider, somente 305 mil reais. Não parece normal, não parece coerente que a execução de um programa que atende crianças em idade tão importante não chegue a 10% do total das verbas.

Quero falar da lamentável forma de realizar a Conferência Municipal de Educação.

Como também a gestão anterior, Haddad, realizou uma má conferência, muito centralizada, ignorando a questão das prefeituras regionais, esta gestão fez em maio também, infelizmente, uma conferência, em minha opinião, pífia pelo tema tão importante que é o da educação.

Para terminar, quero saber da emenda Programa destinado à ampliação e qualificação da primeira infância – 0 a 6 anos, nos seus mais diversos aspectos, com possibilidade de remanejamento: 1 milhão e meio de reais, e nada foi executado. Quero pedir encarecidamente que a educação fosse mais respeitada na cidade de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe-me só fazer uma observação, Vereador Claudio Fonseca. O Presidente da Comissão não se referiu a V.Exa. Eu me referi a um pouco do nervosismo da nossa plateia (Inaudível) mal estar aí. Considero que é muito importante que as associações, os sindicatos... Se me permite também, Célia, caso eu tenha me dirigido a você de forma antagônica ou irônica; quero aqui me desculpar. O nobre Relator tem sido... A gente tem conseguido trazer um grande debate, mesmo os horários não sendo adequados por conta da nossa dificuldade aqui. Nós teremos uma audiência geral no dia 17, a segunda, em que se pode tratar dos temas educação e esportes. Teremos no próximo sábado, às 10 horas, na Subprefeitura de Freguesia do Ó, audiência pública local, da regional Norte-Noroeste, que também é geral e se poderá tratar de todos os temas.

Certamente há uma montanha de perguntas para serem respondidas, então passo a palavra ao Daniel, Secretário Adjunto de Educação.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Obrigado, Presidente. Vou fazer um esforço. Foram 25 intervenções, pela minha conta, tratando dos mais diversos temas da educação. Vou seguir as minhas notas. Se eu for esquecendo alguma coisa, vocês me ajudem, porque há muito assunto a ser tratado.

Quero começar endereçando as questões que foram trazidas pelas mães que vieram a esta audiência. A Carolina, que foi a primeira a falar - eu vi que ela teve que se retirar,

ela estava com os filhos -, trouxe uma questão importante, referente ao PTRF, programa que a gente considera muito relevante. Houve problemas neste ano por conta da dificuldade financeira que a Prefeitura passou em 2017, mas estamos garantindo, para 2018, e quero já deixar isso já registrado, recursos suficientes para 3 repasses cheios do PTRF para as escolas, para que a gente não tenha o tipo de problema que acabamos tendo neste ano por conta dessa insuficiência financeira. Isso está garantido no Orçamento. E ela trouxe uma questão sobre isenção de tarifas, que também é muito relevante e a gente vai levar e ver o quanto é possível a gente conseguir isso junto aos bancos para que a gente tenha mais recurso disponível na escola.

Ela também traz alguns apontamentos muito interessantes a respeito dos materiais, dos uniformes, da questão técnica mesmo, da especificação desses materiais, que a gente vai levar para as áreas técnicas responsáveis e avaliar de que forma é possível atender esse tipo de mudança que traga um benefício para os alunos lá na ponta.

A questão da logística do uniforme. De fato, neste ano, houve problemas porque a licitação feita em 2016 na verdade ela não chegou a se encerrar, ela só foi terminar no começo deste ano. Aí, com as aulas iniciando em fevereiro, isso causou, sim, algumas situações de logística que a gente pretende que sejam atenuadas no ano que vem. A gente pegou essa licitação ainda em andamento e teve que concluir, cuidar de toda a questão logística, da entrega do uniforme, que é quase uma operação de guerra, numa cidade de 900 mil alunos matriculados na rede. É uma operação realmente de grande porte, mas a gente espera ir conseguindo fazer essa melhoria; e, para o ano que vem, certamente será melhor.

Não sei se a Luana ainda está aí, acho que já foi. É uma pena. Há uma série de questões, e as pessoas acabam tendo de sair por conta do adiantado da hora. Fica o registro do esclarecimento a ela. De fato, o que aconteceu naquele caso específico é que é um CEI conveniado, parceiro da Prefeitura, que tinha classes de Infantil I e II. A regulamentação federal determina que o Município vá perder recursos do Fundeb se ele tiver alunos de Infantil I e II em

organizações conveniadas; ou seja, a pré-escola é atendida pela rede direta.

Nos últimos anos, houve acomodação de alunos de pré-escola, de Infantil I e II, em algumas entidades conveniadas, e o que a gente está tentando fazer é regularizar essa situação e trazer esses alunos do Infantil I e II para a rede direta, que é o previsto na lei do Fundeb. Existe uma determinação legal para que se faça isso. As crianças em idade de creche, que estão em 10 horas, continuarão com turno de 10 horas, não há nenhuma redução nesse caso específico; mas as crianças que estavam no Infantil I e II vão para o regime da EMEI direta, que é de turno de 6 horas. De fato, essas crianças vão passar para o turno de 6 horas, que é o turno regular da EMEI na rede. A gente tem poucas unidades que têm mais do que isso, a massiva maioria possui esse atendimento de 6 horas.

Aí, temos também a questão que a Carolina também levantou. Carolina, é sempre um dilema de política pública, porque a gente tem a obrigação de atender de uma forma universal os alunos de pré-escola de 4 e 5 anos. Se a gente fosse colocar as EMEIs em tempo integral, não teríamos onde colocar, teríamos muitas crianças fora da escola. E a gente nem pode, neste momento, ter isso, porque é obrigação do Município dar um atendimento universal para as crianças de 4 e 5 anos. Então, de fato, é uma escolha. A gente ainda acha que felizmente estamos conseguindo garantir esses turnos de 6 horas para essas crianças. Conseguimos um marco neste ano, que foi o atendimento universalidade na Cidade. Então, não existe mais uma fila de espera para EMEI, para a pré-escola; mas queremos construir novas unidades e queremos, sim, possibilitar, ao longo do tempo, a redução no número de alunos por turma – é também um objetivo -; e, onde possível, também aumentar o tempo integral nas EMEIs, certamente nas regiões onde isso for viável.

Você falou sobre o foco na construção de unidades, mas, na realidade, se você olhar os números que a gente mostrou, menos de 1% do Orçamento total da educação é para a construção. Nosso grande gasto é com custeio, com a operação nas unidades, tentando garantir ao máximo a qualidade do atendimento nessas unidades. Então, essa, de fato, é a

prioridade que temos estabelecido.

Vou tentar responder na ordem, senão vou me perder, o restante das perguntas. A Carolina tinha também perguntado a respeito do Leve Leite, se isso deveria ser recurso da Educação. Na verdade, embora o Leve Leite seja executado pela Secretaria da Educação, a despesa do Leve Leite não é contabilizada nos 25%, como manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse é um esclarecimento importante.

O Pirata tinha colocado algumas questões também sobre os 25%. Ele disse: “Mas isso não é 25% do Orçamento”. De fato, a lei estabelece que são 25% da receita própria de impostos da Prefeitura. Então, a receita prevista para o ano que vem, de impostos, é de 36 milhões; 25% disso daria em torno de 9 milhões. Estamos acima desses 25% tanto neste ano, 2017, tanto no previsto para 2018. Esse é um estabelecimento constitucional.

Na questão do estímulo ao hip hop, a gente garantiu neste ano e vamos garantir no Orçamento do ano que vem também. Isso está previsto nas ações de educação integral.

Ele levantou também questão em relação aos imóveis: se a Prefeitura tem tanto imóvel, por que é tão difícil encontrar imóveis para fazer as creches? É porque não necessariamente esses imóveis estão onde está a demanda pelas vagas em creche. Então, a nossa maior dificuldade é encontrar imóveis justamente nessas regiões onde há uma fila muito grande, e o imóvel público não necessariamente está localizado nessas regiões. Mas temos feito essas análises, esses cruzamentos de dados, tentando buscar esse equacionamento.

Uma questão que apareceu muito em várias falas é a da rede direta e da rede parceira, conveniada. Agora, com o MROSC, a gente não tem usado oficialmente o termo “conveniada” e sim “rede parceira”. Isso, de acordo com a lei federal, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. De fato, a escolha da Prefeitura nos últimos 10 anos tem sido expandir as vagas prioritariamente pela rede parceira, e nesta gestão continuará sendo. O Vereador Claudio perguntou e acho que também a Claudete, sobre privatização. Não temos nenhuma ação na educação voltada à privatização de qualquer

unidade. Mas, do ponto de vista da rede parceira, sim, a abertura de vagas se dará prioritariamente pela rede parceira da forma como a Prefeitura tem feito nos últimos 10 anos ou até mais. O que a gente quer, seja rede direta ou parceira, é que a gente tenha garantida a qualidade do atendimento. Nosso entendimento é que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil oferece ao Poder Público uma série de ferramentas para que a gente busque garantir a qualidade desse atendimento; e se houver unidades parceiras que não estejam nesse padrão esperado de qualidade, que a gente faça uma substituição, que entrem outras organizações, mas que consigamos garantir um padrão de qualidade. O próprio marco regulatório prevê comissões de monitoramento e avaliação em todas as Diretorias Regionais, as quais estão sendo implementadas. A gente acredita que isso, sim, vai nos ajudar a garantir essa qualidade na rede direta assim como na rede parceira. Esse é um item importante.

Falou-se também do PL 68, ele estaria previsto no Orçamento. Nenhuma mudança na carreira está colocada como impacto no Orçamento. Não se previu nenhuma mudança nesse sentido – nem do PL 68 nem de qualquer outro PL que esteja tramitando na Casa a esse respeito. A gente entende que essa é uma discussão que está sendo feita aqui na Câmara Municipal e em outras instâncias, mas acho que até foge um pouco do objeto aqui, que é o Orçamento. De fato, no Orçamento isso não está consignado, não está registrado qualquer impacto de alterações na carreira, sem prejuízo de discussões que estejam sendo colocadas. Esse ponto é importante.

Um ponto que foi levantado em relação à rede parceira é sobre os reajustes. No ano de 2017, foi dado um reajuste de 6% no mês de janeiro. A gente garantiu esse reajuste para 2017. A peça orçamentária que está aqui na Câmara Municipal, enviada pelo Executivo, não prevê um reajuste nesses *per capita*s para 2018, o que não impede que a gente faça essa conversa, e aí não é só com a educação, é uma conversa que a Prefeitura pode fazer, a Fazenda, a gestão, a Secretaria de Assistência. A Educação está aberta a fazer essa conversa, e identificar que possibilidades existem, de onde a gente tiraria esse recurso

eventualmente para ter um reajuste da rede parceira. A peça orçamentária, como está hoje, não prevê esse reajuste no *per capita* das entidades, aqui sendo muito transparente com vocês.

Algumas questões a Educação não teria como diretamente como responder, e aí, talvez, a Fazenda possa ajudar daqui a pouco. Refiro-me ao fundo de desestatização, que recursos serão esses, como serão destinados, etc. E eu pediria talvez à Fazenda para esclarecer, porque aí são questões da receita prevista, que não passam diretamente pela questão da educação; então talvez a Fazenda possa esclarecer um pouco mais.

Plano Municipal de Educação: estamos, sim, levando em conta em todo o planejamento; e o PPA foi pensado dessa forma, para que a gente possa garantir um avanço em todas as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação. Parte disso já está registrado no próprio Programa de Metas da Prefeitura. A gente incluiu o projeto de educação integral já pensando nessa estratégia colocada no Plano Municipal de Educação. A própria expansão das vagas em creche, a questão da qualidade do atendimento na educação infantil. Então isso realmente está previsto. E nós vamos desenvolver, ao longo do tempo, uma forma muito transparente, para que a sociedade possa acompanhar essas metas do Plano Municipal e o avanço que está sendo desenhado em cada uma das metas, em cada uma das estratégias. A nossa intenção é fazer isso da forma mais transparente possível, e com toda a participação dessa Casa nesse tema, uma vez que é uma lei aprovada na Câmara Municipal.

Em relação aos recursos para obras, e aí tem algumas questões em relação ao CEU e em relação às outras fontes, que o Vereador Relator Ricardo Nunes levantou: nós fizemos uma escolha, e estamos abertos a fazer essa conversa com a Casa, para entender a melhor forma de registrar isso. Mas a escolha foi a seguinte: não incluir no orçamento recursos que não estivessem garantidos para a sua execução. Para dar um exemplo, o orçamento de 2017, aprovado em 2016, continha, por exemplo, 120 milhões de recurso federal, sendo 89 milhões para a construção dos CEUs. Quando nós fomos fazer uma interlocução com o MEC a

respeito desses recursos, nós descobrimos que não existia um único papel assinado com o MEC. Não tinha nada, não tinha nada formalizada. Então era uma intenção de que o MEC, eventualmente, poderia entrar. Então esse recurso, na prática, não existia. E isso causou a expectativa de que as obras dos CEUS iniciadas no último ano de gestão fossem continuar, e a gente descobriu, ao assumir, que a gente não teria esse recurso para dar continuidade. Daí o fato de os oito CEUs estarem, no momento, paralisadas.

A gente fez um grande esforço esse ano, e o Secretário Scheneider trabalhou em diversas frentes, tanto dentro quanto fora da Prefeitura, com o MEC, com o Governo Estadual, para garantir a retomada de obras paradas. Então qual é o nosso status hoje das obras: 33 obras paralisadas em janeiro já foram retomadas. Obras herdadas já parada, em geral paralisadas ao longo do ano passado, em novembro, dezembro, etc, por falta de recurso, 33 dessas obras já foram retomadas, seja com recurso do Tesouro, seja com recursos do MEC, que havia saldo possível de utilização, também recursos do Governo do Estado, que havia saldos de convênios existentes. Isso permitiu a retomada de 33 obras. Ainda temos seis obras de creche e EMEI paralisadas, e ainda temos os oito CEUs paralisados. Então esse é o *status* que nós temos hoje.

A nossa intenção é que, na negociação em curso com o Governo do Estado para um novo convênio... Então, da Fonte 03, do Governo do Estado, o que a gente tem são dois convênios cujas vigências expiraram em 2017, e que estamos usando ainda só um saldo para concluir esses convênios, e estamos em negociação com o Governo do Estado para um novo convênio, que vá permitir a retomada dessas obras que ainda estão paralisadas, as seis obras que eu comentei.

Em relação aos CEUs, estamos conversando com o MEC, e estamos buscando junto a eles uma saída para que possamos ter recursos federais que permitam a retomada dos CEUs. Se a Casa nos ajudar a buscar outras fontes que possibilitem a retomada ainda mais rapidamente dessas obras, é do nosso total interesse. O compromisso é, de fato, que não

deixemos nenhuma obra paralisada, que é um prejuízo enorme para a sociedade, para o governo, para todo mundo. Então o quanto a gente puder ter ajuda para ter outras fontes para retomar esses investimentos que ainda estão parados, além das 33 que a gente já conseguiu retomar, seria muito bom, e a gente conta com a Casa para essa discussão.

Em relação ao TEG – Transporte Escolar Gratuito –, não há nenhuma previsão de redução ou de mudança de política de atendimento para o ano que vem. A previsão orçamentária para o TEG de 2018 é de 231 milhões, que é um valor que a área técnica avaliou como valor suficiente para o atendimento previsto, incluindo reajuste contratual também previsto para o ano que vem. Então esses 231 deverão ser suficientes, e não há nenhum plano de qualquer mudança em 2018 em relação à política de transporte escolar gratuito.

Um item importante, levantado aqui pela Vereador Vêspoli e pela Secretária Cida Peres (?), é em relação à formação: na verdade, não há exatamente um decréscimo, porque, se olharmos a execução de fato este ano, talvez dê algo como cinco milhões de reais; e estão previstos, para o ano que vem, 7 milhões e alguma coisa, se não me engano. Mas, de qualquer forma, a gente avalia que poderia ser maior, e a gente reconhece que isso pode ser ajustado, sim, na peça orçamentária, e podemos colocar mais dinheiro em formação. É uma área muito prioritária. Vai ser muito importante no momento em que a gente está discutindo o sistema de avaliação, discutindo o currículo, de forma que nos comprometemos, sim, a trabalhar, estudar e buscar peças, dotações, e que possamos deslocar esse recurso para ter mais recurso garantido para as ações de formação. Então já nos colocamos muito abertos a isso. É um tema importante que foi mencionado aqui, e queremos levá-lo em conta.

Outra pergunta feita, e que também o Vereador Claudio colocou, é em relação a reajustes salariais previstos na legislação.

A avaliação da nossa área técnica é de que o recurso previsto para pessoal, no ano que vem, é um recurso suficiente para garantir os reajustes previstos na lei 16.275, na 16.416, que são os reajustes de 4,76% em maio e de 3,71% em novembro. Então a previsão, para

2018, aprovada nesta Casa, dos reajustes salariais, a área técnica entende que o valor projetado para o ano que vem é suficiente para cobrir esse reajuste, bem como o crescimento vegetativo da folha, em termos de progressão funcional e tudo o mais. Então estamos contando que esse recurso seja suficiente, e estamos abertos para essa discussão, para esses cálculos.

Plano de obras: de fato, foi dada uma prioridade muito grandes aos centros de educação infantil, e, especialmente ano que vem, existe uma concentração muito grande, até porque temos obras em andamento. É um plano de obras que foi, de certa forma, herdado, porque tinham obras já ou em andamento ou prestes a iniciar ou com contrato assinado, e quase todas eram centros de educação infantil. Por isso que 2018 ainda é um ano em que tem uma concentração muito grande nos CEIs. Mas para o PPA a previsão é de que a partir de 19-20, essa composição mude um pouco, e tenhamos mais recursos de investimentos para as EMEIs, e, eventualmente, em alguns casos, até para a EMEF, onde tivermos uma pressão muito grande de demandas, uma substituição de prédio, tudo isso.

Aliás, tem um esclarecimento importante.

Cida, na verdade, a dotação da reforça que eu citei no começo é atividade 2830, que são as reformas de segundo escalão. Teve mudanças na denominação de algumas dotações em função de organização do orçamento e PPA, e, de fato, isso às vezes gera alguma confusão. Mas a 2830 tem uma previsão de 100 milhões de reais para reformas de segundo escalão de unidades escolares. Então, quando eu fiz a menção no início, era essa a dotação. Além disso, o MOVA também teve uma mudança de denominação. Então o MOVA continua da mesma forma, não terá nenhuma mudança na política, mas entrou com outra denominação de dotação, e por isso talvez tenha gerado esse entendimento. Não tem nenhuma mudança em relação a essa política: o atendimento do MOVA. Então também essa explicação.

O SR. RICARDO NUNES – Daniel, o MOVA ficou como EJA, no 2829, com 11

milhões, é isso?

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – É o 2829.

O SR. RICARDO NUNES – A Márcia tem tudo de cabeça.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – O Vereador Vespoli falou também em relação aos ônibus.

De fato, sofremos esse ano, porque pegamos um orçamento, e acho que até por questão de erro mesmo na tramitação, o orçamento de educação integral e complementar, etc., ficou muito prejudicado em 2017. Nós estamos recompondo isso para 2018. Então a tendência é que as escolas tenham, sim, mais acesso a esse recurso – para os passeios, para os ônibus, etc., que esse ano a gente sabe que foi muito apertado. Então a gente fez um esforço de recomposição.

Sobre educação infantil, tinha uma dúvida se os CEIs estão no Fundeb. Sim, o *per capita* do CEI é contado para o Fundeb. Optou-se por iniciar a questão do currículo pelo ensino fundamental, mas já em 2018 se inicia a discussão do currículo também da educação infantil, inclusive levando em conta documentos que foram elaborados nos últimos anos, como currículo integrador, tudo isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Não, porque veja: você tem um ano de preparação e um ano de implementação. Então para o ensino fundamental houve todo um trabalho de preparação, esse ano, para implementação em 2018. Então agora começa a preparação do infantil para o ano. É essa a escala pensada. Também a conservação dos prédios, as reformas, também serão destinadas para a educação infantil com toda a certeza, não é um privilégio só do fundamental. E toda a hora de tecnologia também a gente está trabalhando no fundamental, que é onde isso tem mais presença no currículo, etc. A ideia é que a gente consiga começar a pensar de que forma a tecnologia pode começar a chegar também às EMEIs e aos CEIs.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Então, o PPRF eu comentei no começo: a gente está garantindo no orçamento, pelo menos no orçamento que foi enviado a Casa, 69 milhões, o que daria para três repasses de 23 milhões, que seriam três repasses cheios para todas as unidades. É um valor expressivamente maior do que foi esse ano e até 2016. Então a gente quer garantir que esse recurso realmente chegue às escolas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Vamos estudar, ver qual a possibilidade de isenção das tarifas, o que falta fazer com os bancos. Vamos estudar, sim.

O SR. RICARDO NUNES – Posso ajudar? É que a Benê falou dos supervisores. E a gente que está na ponta, o tanto que é importante você nos (Ininteligível).

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Eu iria entrar na questão dos concursados.

Às vezes fica um discurso de que está cortando tudo, etc., e não é verdade. Não teve corte na merenda, basta olhar a execução orçamentária, olhar os cardápios, não teve corte. Não teve corte de estagiários.

Em relação à chamada, só este ano foram chamados 2.400 professores, que é mais da metade, se não me engano, ou a metade do que foi chamado na gestão anterior inteira. Então foi chamado um grande número de professores. E estão na fila – e eu tenho aqui processos – há chamada de supervisores também já enviada à Secretaria de Gestão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Veja... Não, não há redução. Houve sim mudanças no cardápio, mas mudanças orientadas no sentido de se garantir uma alimentação mais saudável, que é o que a gente busca.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Não é verdade, não é verdade! Posso lhe dizer o seguinte: quem tiver interesse em saber o cardápio das CEIs, das EMEIs, das EMFs, há

um portal da Secretária sobre a transparência na alimentação escolar. Lá podem ser acessados os contratos, os cardápios e o número de refeições servidas. Não é verdade que só tem sopa. É olhar o cardápio e verificar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos deixar o Secretário Adjunto concluir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS - Nesse caso é preciso indicar exatamente em qual unidade isso está acontecendo pra que seja averiguado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Gente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É preciso que o Secretário conclua. Nós teremos oportunidade para fazer os questionamentos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS - Vamos lá. Essa informação está aberta, qualquer um pode consultar.

Em relação aos concursados, como eu estava falando, já foram chamados, em 2017, 8.400 professores. Há outros pedidos já encaminhados para a Secretaria de Gestão para o ano que vem, que são: 200 diretores de escola; 59 supervisores escolares; e autorização para concurso de acesso para coordenador pedagógico.

Então temos cuidado muito para não ter falta de professor, falta de equipe escolar nas escolas. Conseguimos a nomeação de um grupo expressivo de professores este ano, e pretendemos continuar com esse esforço.

É um fluxo difícil pra quem está no Governo dado o ritmo, por exemplo, de aposentadorias. O ritmo hoje de aposentadorias no setor de Educação é grande, há entre 200, 300 professores se aposentando todo mês. Basta fazer a conta e ver, em um ano, o quanto tivemos de correr atrás para repor, e a gente está realmente fazendo o máximo pra que assim

aconteça e que as escolas não fiquem sem professor.

O SR. RICARDO NUNES – Daniel, vamos enfatizar um pouquinho as notícias boas. Então serão chamados em 2018, se você puder só falar: 59 supervisores...

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Vou dizer dos pedidos que a Secretaria já encaminhou pra Gestão, e os processos lá estão. São: 200 diretores de escola, 59 supervisores escolares, e também há pedido pra concurso de ingresso para ATE – Auxiliar Técnico Educacional, e concurso de acesso para coordenador pedagógico. (Pausa) Foi publicada em setembro a nomeação de mais 700 PEIs.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Então, aí ainda não temos o número, vamos trabalhar em cima disso. Mas em setembro agora já foi publicada a nomeação de mais 700 PEIs.

Queremos então avançar e fazer discussão com a Prefeitura pra garantir um módulo maior de supervisão. É do interesse da Educação que assim seja feito, mas dentro das possibilidades da Prefeitura. Essa é uma interlocução que tem de ser feita com Gestão e com Fazenda. (Pausa)

Como muitas pessoas se inscreveram, estou tendo o cuidado de atender, de responder a todos que se inscreveram. (Pausa)

Há uma pergunta sobre os recursos do Banco Safra e sobre outros recursos, e pra nós é ótimo verificar os procedimentos. Eu confesso que para a Educação, o quanto antes vier, melhor. Aí se a Fazenda tiver mais informação ou a própria Secretaria de Justiça talvez tenha, talvez possam informar vocês sobre o trâmite desses recursos que virão pra o setor da Educação.

Há alguns pontos levantados pela Cida, mas em relação à UniCEU não há redução, pelo contrário, vai ter aumento dos matriculados. E a questão é que estamos economizando porque estamos em parceria com universidades públicas, sejam federais ou estaduais, por

meio da Unifesp. Então não há custo para o Município para a ampliação dessas vagas. Alguns convênios que a Prefeitura pagou ainda estão em andamento, mas estamos tentando garantir uma extensão do UniCEU sim, mas não com ônus para o Município, mas levando em conta a parceria com a Unifesp – Governo do Estado – e também com as universidades federais. Então UniCEU então vai ter expansão em seu atendimento.

Em relação à manutenção e operação das unidades escolares e dos CEUs, há certa redução no valor previsto, mas em função de mudança prevista nos contratos. A ideia é que consigamos manter o nível de serviço, mas com custo menor devido ao modelo de contratação. São licitações em andamento ou em preparação, mas a ideia é que haja impacto, já no ano que vem, para que tenhamos menos custo administrativo e possamos destinar mais recursos à Educação, para a finalidade da Secretaria que é o atendimento proporcionando ensino e aprendizagem.

Os recursos para ampliação das parcerias, há orçamento previsto para as vagas com organizações parceiras com aumento de, pelo menos, 200 milhões para o ano que vem, além dos 100 milhões já previstos do Programa Brasil Carinhoso, com recursos do MDS. O MDS deve nos repassar em relação às vagas de crianças que pertencem às famílias do Bolsa Família, que vem via FNDE. A ideia é que esses recursos também possam ser utilizados para expansão de vagas.

Em relação aos CEMEIs, o plano de investimento prevê até 2020 a construção de algumas CEMEIs. Salvo engano, posso depois chegar à informação, são sete previstos e nesse caso o atendimento é direto de zero a cinco anos. No caso do CEMEI, estamos falando de unidades diretas.

Há alguns pedidos aqui em relação à Vila Sonia, vamos verificar e encaminhar quanto à construção dos CEIs e das EMFs.

A questão do CEU Azul da Cor do Mar, Dona Socorro, quando falei do recurso de 100 milhões para conservação e manutenção, muito desse valor vai para os CEUs. Sabe-se

que é necessário recurso pra melhorar a infraestrutura, a condição em que estão. Com certeza, o Azul da Cor do Mar está na lista. (Pausa) É isso mesmo, tem de acompanhar mesmo, legal. A nossa ideia é que a gente consiga destinar esses recursos para os CEUs.

Há algumas observações feitas pelo Fábio. Na questão dos programas, todos eles continuam, o Pró Jovem continua, etc. Os dados de execução ainda não refletem porque há muita coisa que foi acontecendo ao longo do ano.

Em relação à execução de 2017, é importante notar que o Orçamento tinha uma previsão de receita que, na prática, não se concretizou. O gestor público tem de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode gastar recurso que não existe no financeiro. Daí que, em 2017, um ano mais difícil do ponto de vista da receita, ocorreu que algumas dotações não foram realizadas plenamente. Nossa expectativa com a melhoria da Economia, que os economistas estão projetando para o ano que vem, mesmo que lenta, é que nos permita executar o Orçamento de uma forma mais plena em relação ao que nós prevemos.

Acho que é isso.

O SR. RICARDO NUNES – Daniel, você falou em 200 milhões para novos convênios. Serão então 30 mil vagas? Na previsão da Secretaria, se são 200 milhões para 2018, então são mais 30 mil vagas de creches?

O SR. DANIEL FUNCIA DE BONIS – Há mais 100 milhões do Brasil Carinhoso, recurso que também vai para os convênios. Na verdade, são 300 milhões de saldo em relação ao previsto este ano.

P – Serão 45 mil vagas de creches para o ano que vem?

R – A nossa meta, até o ano que vem, é chegar nas 65 mil. O planejamento feito foi no sentido de chegar a 30 mil este ano e 35 mil para o ano que vem. Essa é um pouco a previsão feita.

P - Fiz algumas questões técnicas com relação aos investimentos, aos recursos da fonte 03 – estadual. Havia uma previsão de 16 milhões, mas caiu pra 3 milhões. Só pra ver se

há expectativa de obter recursos do Estado.

A questão de outras receitas, fonte 05, por exemplo, o Funcad. Havia uma previsão... Entrou este ano 30 milhões e foi para o valor zero ano que vem. É isso mesmo?

Fiz também uma observação positiva de uma questão, Márcia, de uma visão mais realista da fonte 02.

R - É, e a gente fez esforço e isso se aplica também ao Estado, Vereador. Na verdade, esses 16 milhões se referem a convenio assinado lá atrás, em 2012, que foi sendo executado. Havia um saldo a ser executado desse convenio, então é um residual do anterior. Ao se concretizar o convenio novo, a expectativa é que tenhamos 31 milhões de novos recursos do Estado. Mas não queremos colocar no Orçamento antes de ter isso absolutamente fechado. A nossa expectativa é que tenhamos esses recursos.

Quanto ao Funcad também, os 30 milhões eram por conta de convenio de obras já assinado na gestão anterior, e havia um saldo no fundo suplementado pra que fosse executado em Educação e está sendo executado este ano. Havendo captação de recursos pra obras ou para as creches, nós faríamos a suplementação para o ano que vem. A gente não quer fazer uma previsão que não fique realista no Orçamento.

P - Três pontos rápidos. Uma observação que comentei com o pessoal da Fazenda, que eu acho – devido à minha experiência em Finanças há muito tempo – o 3359 – são 89,5 milhões para construção de CEIs. É muito mais barato fazer locação do que construção. A construção é melhor, eu acho, para EMEI e para EMEF. A questão é fazer estudo, mas não tenho duvida de que um prédio que a Prefeitura paga, que custa dois milhões, o privado fará por 500, nem por um milhão, fará por 500. A diferença é muito grande. Essa é uma questão que, acho, dá pra corrigir e melhorar a eficiência de vocês.

Outra questão, o Vereador Claudio Fonseca falou bastante da previsão de correção dos funcionários, e há um aumento de 10% em relação à despesa com pessoal. Estão previstas as correções? E está previsto o chamamento da boa notícia que você deu, de que

irão chamar 200 diretores, 59 supervisores para o ano que vem? Está aqui dentro?

R – Está sim, está previsto.

P – OK. Acho que não podemos sair daqui sem falar de um dos pontos mais críticos, e aproveito a presença da Giulia e do Ahmed , com relação ao salário dos professores da rede indireta. Vereador Presidente Jair Tatto, Vereador Claudio, precisamos ter um posicionamento com relação a isso. Vocês não podem sair daqui com esse abacaxi na mão, sair de uma audiência do Orçamento pra 2018. O Sindicato já deu, a Prefeitura recorreu, perdeu no Tribunal. Isso já é ponto pacífico. Então é importante que tenhamos algum posicionamento de vocês com relação ao 2.8 – salário do professor, lá na ponta. A entidade não tem como pagar e nós precisamos colocar no Orçamento. Se puderem me ajudar.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra, pela ordem.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não sei se os técnicos da Secretaria da Fazenda vão se manifestar em relação às observações que fiz quanto a dívida ativa, às suas vinculações; em relação aos 5 bilhões a que se referiu o Vereador Ricardo Nunes, sobre a captação de recursos a partir do trabalho realizado pela CPI dos Grandes Devedores; e também aos recursos provenientes do Programa de Desestatização. São três questões e não ouvi respostas.

Além disso, o Vereador Ricardo Nunes é representante na Câmara das terceirizadas, eu não posso me somar a V.Exa. posto defensor que sou da rede pública direta, do ensino público, direto, estatal e laico pra todos. Defendo a universalização do acesso à Educação, seja infantil, fundamental, nas escolas da rede direta.

Recentemente pedi à Secretaria Municipal da Educação informação sobre os contratos de aluguéis realizados de 2011 até a presente data. Fiquei bastante assustado com os valores consignados nos contratos realizados em diferentes administrações...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador, temos todas essas informações na

Comissão, só pra informar.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu pedi porque nós precisamos zelar pelos recursos vinculados à Educação, e é bastante assustador ver os valores praticados com alugueis pra atender, para abrigar. E não estou colocando em suspeita os mantenedores, estou dizendo que os contratos de alugueis, em algumas regiões, assustam, chamam muito a atenção, até mesmo a forma como houve a expansão. Não estou apontando absolutamente os atos que foram praticados como ilegais, mas merecem uma investigação séria. Diga-se de passagem, vem sendo realizado pelo Tribunal de Contas do Município.

Também foi feita auditoria sobre a questão da aquisição de uniforme escolar, cruzando dados, uma pesquisa com aquilo que é distribuído no *kit* uniforme escolar, aquilo que é, de fato, usado pelos alunos e o que não é. E nesse Orçamento há ampliação dos gastos com uniforme escolar, e é questionado como é distribuído, pra quem é distribuído e o seu uso. Acho que a Secretaria Municipal de Educação deve estar atenta, se não está deve atentar para os gastos crescentes em relação ao uniforme, aos alugueis dos equipamentos. E a Secretaria de Educação realiza contratos, convênios pra atendimento da educação infantil através da rede parceira e a rede parceira contrata os trabalhadores, os professores e demais empregados pelo regime da CLT, regidos que são por convenções, por dissídios realizados nos sindicatos. Nós – servidores públicos estatutários – temos leis próprias, diga-se de passagem, enquanto a Educação tem obtido alguns reajustes decorrentes da elevação dos pisos, o restante, os demais servidores públicos, desde 2003, portanto no último governo Marta Suplicy, passando pelos governos Kassab, Serra e Haddad, tem tido como política de revisão geral, anual, o chamado 0,01%!

Por fim, dizer que eu respeito à coerência. Há os aqueles que registraram em relação à Lei 16.710 o fato de ter sido aprovada na Câmara Municipal de São Paulo e eu vejo os 52 que votaram na lei de uma forma coerente. Estando no Governo essas representações realizaram convênios, continuaram realizando, continuam realizando convênios. E aqui na fala

de vários percebi que defenderam a ampliação de recursos pra formação dos professores nas conveniadas. Então são coerentes. Não estou apontando que há incoerência, defendem a terceirizada, e tem de dizer: venho aqui defender terceirizada. Eu não defendo, mas tem gente que diz: defendo terceirizada.

O Vereador Ricardo Nunes, eu sempre digo a ele, todo meu respeito a ele, ele sempre diz: Claudio, eu não acredito que é possível atender a demanda da educação infantil, de zero a três anos, diretamente, pela rede direta. Os convênios, eu defendo porque são mais rápidos, mais... Ele diz isso e diz em todo canto, então tenho todo respeito. Não concordo, e ele sabe que toda vez em que há matéria relacionada à terceirização, eu voto contra. Brigamos por isso, mas ele defende o seu posicionamento, e é claro, não vende engodo. E a Câmara Municipal de São Paulo é composta de Vereadores de diferentes segmentos, que expressam a composição da sociedade. Eu não tenho problema em dizer, não estou captando votos, eu sei que há muitas pessoas aqui que legitimamente aqui compareceram como representantes das conveniadas, comparecem em vários lugares defendendo seus interesses. Eu defendo a educação pública, gratuita, mantida sob a gestão do poder público direto.

- Manifestação fora microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não precisa, meu amor. Assim como eu respeito a senhora que defende a conveniada, também existem aqueles que defendem a rede direta. Eu defendo a rede direta, o ensino público, uma conquista da sociedade brasileira desde a Constituição de 1824, que entendeu que a Educação é estratégica e por ser estratégica deve ser mantida pelo Estado. Só isso.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço e gostaria de ouvir as respostas das questões que levantei sobre a dívida ativa e sobre os recursos da desestatização, com todo respeito a todos aqueles que divergem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Farei uma observação. Se V.Exa. puder me tirar como alguém que defende essa indústria “crecheira”, também agradeceria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exa. citou 52, três não concordam?

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não! Independentemente disso, V.Exa. - e eu reconheço todos àqueles que defendem os convênios - é respeitável. Se V.Exa. também defende, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas eu também quero afirmar que é uma necessidade, que todos os governos participaram desse tipo de gestão, inclusive o meu.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sem dúvida, não tem nenhum problema de dizer aqui...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas queria que V.Exa. dissesse que não participo dessa indústria “crecheira” que se criou na cidade de São Paulo.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Indústria o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – “Crecheira”! Não, eu não sou a favor dos empreendedores...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu não estou dizendo que é uma indústria crecheira, respeito todos aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Queria dizer que tenho um projeto do ProUni Municipal, dialoguei profundamente, a Cida Perez está aqui, a Claudete está aqui. Não é Bolsa Creche, eu mudei, é ProUni Municipal. Porque o ProUni é uma palavra que traz uma benfeitoria para este Planeta. Estou tomando todos os cuidados necessários, fazendo um amplo debate sobre o assunto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você fala de qual PL?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Porque é uma realidade em curso e, por isso, estou dizendo aqui. Não podemos dizer o seguinte: vocês são a favor ou são contra. Por natureza nós somos contra, mas há uma necessidade, então... Esse debate aí caberia uma audiência pública, duas, três só para esse caso.

Eu queria entender também que, baseado nessa rede que se criou e não dá formação, então também, Vereador Claudio Fonseca, nós precisamos aprofundar. Lá existe uma multidão de professores que estão se formando, então não dá formação, deixa como está? Eu sempre defendi, dentro do projeto do plano municipal, que ele esteja sob o crivo da Secretaria Municipal de Educação...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há dúvida disso.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas, okay, não há tempo. Eu considero que o Vereador Fabio Riva...

- Fala fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA – Eu só estou preocupado com o tempo e a fala da Fazenda eu acho que é importante.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós precisamos ouvir a Fazenda - o Ahmed está aqui, a Giulia -, por conta de alguns questionamentos do Vereador Claudio Fonseca. Então vamos...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu só queria que você me tirasse como defensor árduo dessa questão, mas está registrado.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Qual título V.Exa. quer receber?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por princípio sou contra.

O SR. CLAUDIO FONSECA – V.Exa. por princípio é contra.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Nobre Presidente, nobres vereadores, nobres secretários que nossa audiência, nossa população em geral, eu quero fazer quatro observações que vão dar alguns esclarecimentos.

Primeiro como vai ser o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Social. O Fundo de Desenvolvimento Social são os recursos que são estimados para o orçamento do ano que vem, em torno de um bilhão foram provisionados, e que vão ser oriundos eventualmente do sucesso das PPPs. Já foi sancionada uma lei que inclui na verdade as prioridades, esses recursos são vinculados obrigatoriamente às Secretarias da Saúde, da Educação, de Habitação, de Transporte, de Assistência Social e de Segurança. Será criado também um conselho que analisará o mérito desses pleitos e o enquadramento dentro das prioridades do Governo, dentro do que for o orçamento de cada secretaria. Este é o ponto número um.

Número dois. Tem a questão dos financiamentos que foi levantada aqui junto ao Secretário Adjunto Daniel. Os financiamentos não só restritos... A recuperação... Por exemplo, esses 30 milhões de reais que foram mencionados aqui devem entrar nos próximos dias, imagino que nos próximos 90 dias, são resultantes daquela ação contra o ex-Prefeito Paulo Maluf. Uma parte desses recursos... Dez milhões já foram recuperados e já vão entrar agora e já vão direto para creches, estão carimbados para creches. Isso é um dinheiro.

Além disso, tem outros financiamentos em andamento. Dentro da Educação já temos vários pleitos junto ao BNDES, vários pleitos no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamentos externos em longo prazo, ou seja, dinheiro barato, dinheiro bem vindo e dinheiro bem vindo e dinheiro que tem acompanhamento e transparência

na aplicação. Então é um dinheiro carimbado para área fim à qual ele se destina.

Além disso, nós temos ainda a expectativa de entradas. Foi mencionado aqui o Fumcad. O Fumcad é basicamente o fundo de financiamento à criança e adolescência e ele está subordinado à Secretaria de Direitos Humanos, que estará nas próximas audiências aqui. Se não me engado estará na quinta-feira de manhã e eles poderão dar todas as posições sobre como estão sendo geridos os atuais... Já foi feito o edital, o edital foi fechado para apresentação de projetos esse ano, o edital foi fechado em setembro de 2017, estão em análise os duzentos e poucos pleitos apresentados. E o Fumcad tem como vinculação obrigatória o financiamento de projetos suplementares e complementares à ação do governo na área de criança e adolescente.

Terceiro ponto. Foram levantadas questões sobre o parcelamento de salários. Eu não tenho conhecimento disso. Talvez fosse o caso de fazer uma investigação e dar um retorno para vocês. Eu não tenho conhecimento disso.

- Fala fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Há uma publicação.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Sim, mas quem foi responsável por essa... Como será feito, nós comprometemos a trazer isso na audiência geral ou o quanto antes, oportuno. Espero que a gente tenha audiência aqui, senão nós entregamos para o nosso relator que vai estar com todas as informações detalhadas.

O último ponto que acho importante ressaltar é a questão dos alugueis. Os alugueis foram um dos primeiros pontos que na verdade nós tivemos uma força-tarefa muito importante capitaneada pela Fazenda, com a participação fundamental da Secretaria de Gestão, com a Procuradoria e com outros órgãos afins, principalmente a Secretaria de Modernização e Urbanismo. Nós tivemos uma redução já substancial no que tange a imóveis próprios, imóveis que a Prefeitura estava alugando, e imóveis alugados pela Prefeitura, principalmente imóveis com os quais a Prefeitura tinha ônus, ou seja, imóveis que estavam fora da curva. Atualmente

acho que já chegamos a em torno de 200 milhões de reais de economia. Esse dinheiro entrou no caixa e está sendo gasto prioritariamente, nomeadamente, com as áreas de educação e saúde.

Além disso, essa revisão e todo esse trabalho de garimpo, de atualização de valor patrimonial, um trabalho de atualização de plantas e de imóveis está sendo feito com a Secretaria de Educação, com a Procuradoria Geral do Município participando, e as orientações... Gostaríamos até apelar, e agradecer, para a participação mais intensa e intensiva do Tribunal de Contas. De qualquer maneira, a Secretaria de Gestão é que capitaneia todas essas iniciativas de revisão de valores e de redução de custos, mas isso sem preceder (*sic*) da avaliação técnica e da objetividade da secretaria temática, que no caso é a Secretaria de Educação, porque se as condições do imóvel não atenderem a Secretaria de Educação, a gente fica enxugando gelo. Não é esse o objetivo. Então esse projeto já está em andamento, eu gostaria de dizer que é a segunda etapa.

Outro projeto que podemos explorar mais aqui, que o Secretário foi muito breve na explanação, é o levantamento dos bens que eventualmente de que a Prefeitura pode dispor para compor receitas; e tanto outorgas como receitas, enfim, como isso está sendo estruturado. Nós já temos um grupo de trabalho, um conselho estruturado pela Secretaria de Gestão que está à frente dessa matéria.

De qualquer maneira, continuaremos aqui à disposição para quaisquer esclarecimentos, sobretudo para os nossos amigos da Câmara, da relatoria do orçamento.

O SR. RICARDO NUNES – Giulia, me ajuda com esses 2.8 aí.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Pois não. Os 2.8 a gente teria que eventualmente...

O SR. RICARDO NUNES – O Vereador Paulo Frange está mandando mensagem aqui me cobrando, Fabio Riva...

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Eu vou dizer o seguinte: a governança desse

assunto está na Secretaria de Gestão, então eu acho que a gente poderia marcar justamente esses pontos que estão sob a governança da Secretaria de Gestão, alinhar principalmente no que trata dos relacionamentos com sindicatos etc. e tal, que vocês todos aqui sabem que a interface é com a Secretaria de Gestão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preciso encerrar, porque já estou estourando tempo inclusive da próxima audiência.

Nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. Obrigado a todos os presentes, representantes do governo, vereadores.